



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

MAYARA CABRAL COSMO

**REGIME DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PERFIS NO INSTAGRAM SOB A
PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO E DAS HUMANIDADES
DIGITAIS**

Dissertação de Mestrado

Fevereiro de 2025



MAYARA CABRAL COSMO

**REGIME DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PERFIS NO INSTAGRAM SOB A PERSPECTIVA
DA TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO E DAS HUMANIDADES DIGITAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta.

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

C834r Cosmo, Mayara Cabral
REGIME DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PERFIS NO
INSTAGRAM SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DA
INFORMAÇÃO E DAS HUMANIDADES DIGITAIS / Mayara
Cabral Cosmo. -- Rio de Janeiro, 2025.
88 f.

Orientador: Ricardo Medeiros Pimenta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2025.

1. Regime de informação. 2. Bibliotecas públicas.
3. Mídias sociais. 4. Teoria Crítica da Informação. 5.
Humanidades Digitais. I. Medeiros Pimenta, Ricardo,
orient. II. Título.

MAYARA CABRAL COSMO

**REGIME DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PERFIS NO INSTAGRAM SOB A
PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO E DAS HUMANIDADES
DIGITAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente

RICARDO MEDEIROS PIMENTA
Data: 30/05/2025 13:42:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta. (Orientador/a) PPGCI Ibict/Eco-UFRJ



Documento assinado digitalmente

MARCO ANDRE FELDMAN SCHNEIDER
Data: 03/06/2025 10:25:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco André F. Schneider (Membro interno) PPGCI Ibict/Eco-UFRJ



Documento assinado digitalmente

LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE
Data: 09/06/2025 10:53:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Luciane de Fátima Beckman (Membro interno) PPGCI Ibict/Eco-UFRJ



Documento assinado digitalmente

PRISCILA MACHADO BORGES SENA
Data: 31/05/2025 10:00:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Priscila Machado Borges Sena (Membro externo) PPGInfo/UDESC

Dedico este trabalho aos meus primos Gabriel e Clíssia, à minha Tia Egleisser e aos meus avós Manoel e Raimunda (in memoriam).

Desde a partida desses seres amados, a vida ficou mais cinza, mas persisto na tarefa de colorir cada dia com as cores das memórias felizes que cada um deixou em meu coração.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional e por suportarmos juntos momentos difíceis de perda e lutos sucessivos que enfrentamos entre 2020 e 2022.

Aos colegas bibliotecários, em especial aos meus alunos dos cursos do Biblio Mkt, que foram parceiros imprescindíveis desde o primeiro momento da pandemia causada pela COVID-19.

A todos os meus colegas do SIARQ/UFRJ pelo incentivo, conversas e troca de experiências, que me fizeram não perder as esperanças em momentos desafiadores.

Ao PPGCI/IBICT-UFRJ que por meio de seu corpo docente e discente possibilitou uma experiência mais humana e acolhedora durante todo o percurso da pós-graduação.

Ao meu orientador Ricardo Pimenta, pela compreensão com as minhas limitações e trocas extremamente necessárias, que enriqueceram de forma ímpar o meu repertório.

Aos professores que se disponibilizaram a participar desta banca pelos direcionamentos valiosos, que conferiram maior qualidade ao estudo.

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperançar é construir, esperar é não desistir!”

(Paulo Freire)

RESUMO

COSMO, Mayara Cabral. **Regime de informação e bibliotecas públicas brasileiras**: uma análise de conteúdo de perfis no Instagram sob a perspectiva da Teoria Crítica da Informação e das Humanidades Digitais. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

Esta pesquisa investiga a relação entre bibliotecas públicas brasileiras e o regime de informação contemporâneo, com foco na análise de conteúdo de perfis institucionais no Instagram. Examina sob a perspectiva da Teoria Crítica da Informação e das Humanidades Digitais como as bibliotecas públicas utilizam as mídias sociais para mediar e distribuir informação em um contexto marcado por mediação algorítmica e disputas informacionais. O estudo parte do conceito de regime de informação, conforme teorizado por Frohmann e González de Gómez, e reformulado criticamente por Bezerra, para compreender a dinâmica de produção e circulação de conteúdos informacionais nas plataformas digitais. Adota metodologia quali-quantitativa, combinando análise de conteúdo fundamentada em Bardin e mensuração de métricas de engajamento via Phlanx. A amostra inclui 19 perfis de bibliotecas públicas estaduais ativamente operantes no Instagram entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. Os resultados apontam que, embora as bibliotecas utilizem o Instagram para divulgação de eventos e serviços, há desafios significativos na produção de conteúdo que promova o letramento informacional e a participação cidadã. Evidencia a necessidade de estratégias mais críticas e ativas para enfrentar problemas como desinformação, vigilância algorítmica e invisibilidade institucional. Por fim, propõe um conjunto de recomendações para a ressignificação das práticas comunicacionais das bibliotecas públicas no ambiente digital, ao enfatizar sua função social e seu papel na construção de uma esfera pública mais democrática.

Palavras-chave: Regime de informação; Bibliotecas públicas; Mídias sociais; Teoria Crítica da Informação; Humanidades Digitais.

ABSTRACT

COSMO, Mayara Cabral. **Information Regime and Brazilian Public Libraries: A Content Analysis of Instagram Profiles from the Perspective of Critical Information Theory and Digital Humanities.** 2025. Dissertation (Master's in Information Science) – Graduate Program in Information Science, Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict) and School of Communication of the Federal University of Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

This study investigates the relationship between Brazilian public libraries and the contemporary information regime, focusing on the content analysis of institutional profiles on Instagram. From the perspective of Critical Information Theory and Digital Humanities, it examines how public libraries use social media to mediate and distribute information in a context shaped by algorithmic mediation and informational disputes. The study builds on the concept of the information regime, as theorized by Frohmann and González de Gómez and critically reformulated by Bezerra, to understand the dynamics of information content production and circulation on digital platforms. It employs a qualitative-quantitative methodology, combining content analysis based on Bardin and engagement metric measurement via Phlanx. The sample includes 19 profiles of state public libraries actively operating on Instagram between November 2024 and January 2025. The findings indicate that, although libraries use Instagram for event and service promotion, significant challenges exist in producing content that fosters information literacy and civic participation. The study highlights the need for more critical and proactive strategies to address issues such as misinformation, algorithmic surveillance, and institutional invisibility. Finally, it proposes a set of recommendations for redefining public libraries' communication practices in the digital environment, emphasizing their social role and contribution to constructing a more democratic public sphere.

Keywords: Information regime; Public libraries; Social media; Critical Information Theory; Digital Humanities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 — Indicadores de proporção de usuários de internet no Brasil.....	5
Imagem 2 — Indicadores de total de usuários de internet no Brasil por recorte.....	33
Imagem 3 — Indicadores de acesso à internet exclusivo pelo celular.....	34
Imagem 4 — Indicadores de habilidades digitais.....	35
Imagem 5 — Indicadores de atividades realizadas na internet.....	36
Gráfico 1 — Frequência de posts por categoria.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Critérios de valor e relevância do Instagram (feed e stories).....	42
Tabela 2 — Critérios de valor e relevância do Instagram (aba explorar).....	43
Tabela 3 — Critérios de valor e relevância do Instagram (reels).....	44
Tabela 4 — Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Nordeste.....	65
Tabela 5 — Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Sudeste.....	65
Tabela 6 — Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Sul.....	66
Tabela 7 — Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Centro-Oeste.....	66
Tabela 8 — Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Norte.....	66
Tabela 9 — Dimensão e métricas de análise dos perfis das BPEs.....	67
Tabela 10 — Crescimento e Alcance da Audiência dos perfis das BPEs.....	68
Tabela 11 — Engajamento e Performance das Publicações dos perfis das BPEs.....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 UM DIAGNÓSTICO DE ÉPOCA COM BASE NA TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO E NO CONCEITO DE REGIME INFORMACIONAL.....	12
2.1 O paradigma social da Ciência da Informação.....	13
2.2 O método da Teoria Crítica da Informação.....	19
2.3 O regime de informação na contemporaneidade: um diagnóstico de época.....	25
2.3.1 A pandemia global da Covid-19 e seus reflexos no uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs).....	27
2.3.2 Regimes de informação das plataformas de mídias sociais digitais e do Instagram	37
2.4 Humanidades Digitais e <i>habitus</i> informacional.....	50
3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: PANORAMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ATUAL REGIME DE INFORMAÇÃO.....	56
3.1 Breve histórico das bibliotecas públicas brasileiras.....	56
3.2 Bibliotecas públicas brasileiras e função social.....	60
4 MÉTODO, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	65
6 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE.....	88

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação se refere ao uso de mídias sociais digitais sob a perspectiva da teoria crítica da informação e das Humanidades Digitais, tendo como objeto de pesquisa os perfis de bibliotecas públicas brasileiras na plataforma Instagram. O recorte temporal reflete o mês de novembro de 2024 a janeiro de 2025, em que foram analisados cerca de 1062 conteúdos postados por bibliotecas públicas estaduais (BPEs) selecionadas a partir de critérios previamente definidos.

A pesquisa tem a intenção de analisar a aplicação das mídias sociais não só para a divulgação de produtos e serviços, mas também para a criação de posts como forma de mediação informacional, ao considerar os modos de produção, distribuição e uso da informação vigentes. Esse fator é essencial para compreender o papel social das bibliotecas públicas, para além do aspecto instrumentalista e operacional, principalmente no que diz respeito às tecnologias digitais na atualidade. Para esse fim, recorre à teoria crítica da informação, a partir da perspectiva de Bezerra (2019; 2020; 2024), com o intuito de refletir sobre a atuação dessas instituições em contraste com a sua missão social explicitada pelo Manifesto da IFLA/UNESCO (1994; 2022) e na extensa literatura disponível sobre o tema, a fim de compreender sobre o lugar que lhes compete frente aos desafios do atual regime de informação, conforme consideração do conceito feita por Frohmann (1995), González de Gómez, (2002; 2012; 2019) e Bezerra (2019; 2020; 2024). Tais desafios, levantados a partir de uma revisão de literatura, consistem em questões que surgem a partir da lógica de vigilância e mediação algorítmicas, como desinformação, *fake news*, negacionismo científico e histórico, discursos de ódio, infodemia e pós-verdade. Além disso, ao observar as ações efetuadas por bibliotecas inseridas em diferentes contextos, pretende identificar suas práticas no âmbito da plataforma Instagram, a partir do conceito de *habitus* informacional, bem como sugerir iniciativas fundamentadas na literatura disponível sobre o tema.

Dessa forma, com base nas considerações supracitadas, as questões de pesquisa definidas são as seguintes:

- A. Qual é o papel social da biblioteca pública brasileira no atual regime de informação?
- B. De que forma as bibliotecas públicas brasileiras podem contribuir para a superação de problemas informacionais específicos desse regime de informação?
- C. Como as bibliotecas públicas brasileiras podem usar as mídias sociais em prol do que se entende ser o seu papel social?

Por fim, o objetivo geral da pesquisa é analisar o uso das mídias sociais digitais por bibliotecas públicas brasileiras a partir dos conteúdos postados na plataforma Instagram e os desafios impostos pelo regime informacional da plataforma. Já os objetivos específicos são:

- A. Compreender a realidade das bibliotecas públicas estaduais brasileiras no que diz respeito ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), sobretudo as plataformas de mídias sociais digitais;
- B. Identificar aspectos inerentes ao regime de informação do Instagram e como tais aspectos influenciam nas práticas informacionais das bibliotecas públicas dentro da plataforma;
- C. Apontar possíveis limitações e apresentar propostas inovadoras para o uso de mídias sociais digitais no âmbito das bibliotecas públicas do Brasil.

O universo de pesquisa se constitui pelas bibliotecas públicas atuantes no Brasil, com foco nas 44 bibliotecas públicas estaduais cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). A amostra é composta por 19 perfis de bibliotecas na plataforma de mídia social Instagram, considerando os seguintes critérios de seleção: perfil oficial (mantido pela própria instituição); em plena atividade no período analisado (novembro de 2024 à janeiro de 2025); perfil exclusivo da biblioteca (não vinculado aos perfis de secretarias de culturas ou de outras entidades gestoras). Vale pontuar que o Instagram foi escolhido por ser a mídia social em que há maior registro de atividades (publicações recentes) e interações nos perfis das bibliotecas selecionadas.

A presente dissertação se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão crítica sobre a atuação das bibliotecas públicas brasileiras nas mídias sociais digitais, em especial na plataforma Instagram, à luz da teoria crítica da informação. Em um contexto marcado pela intensificação dos processos de mediação algorítmica, pela infodemia e pela disseminação de desinformação e discursos de ódio, torna-se urgente analisar em que medida essas instituições têm assumido, tensionado ou abdicado de sua função social no atual regime de informação. Com este intuito, a pesquisa parte da hipótese de que as práticas informacionais das bibliotecas públicas, quando inseridas em lógicas de visibilidade próprias das plataformas digitais, estão sujeitas a dinâmicas que podem tanto reforçar quanto subverter os mecanismos de controle simbólico vigentes. A investigação, portanto, se propõe a identificar não apenas padrões de produção e circulação de conteúdo, mas também modos de apropriação crítica que revelem estratégias de resistência ou de reprodução da lógica dominante.

Considera ainda a lacuna identificada na literatura especializada quanto aos estudos empíricos que tratem do uso das mídias sociais por bibliotecas públicas sob uma perspectiva crítica, especialmente aquela ancorada na análise das condições materiais e simbólicas de produção da informação. Desse modo, ao articular teoria e prática, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento de um campo de reflexão que se propõe a repensar o papel das bibliotecas enquanto agentes de mediação cultural, promoção da justiça informacional e formação de sujeitos críticos no ambiente digital contemporâneo.

O primeiro passo, que tange à construção do arcabouço teórico, busca localizar a pesquisa no escopo do paradigma social da Ciência da Informação (CI), bem como apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema proposto, com base na teoria crítica da informação e nos estudos acerca dos regimes informacionais. Além disso, busca na literatura sobre Humanidades Digitais (HD) e CI a sustentação prática para que a utilização dessas tecnologias tenham como propósito desenvolver uma perspectiva dialógica entre as bibliotecas e a sociedade. Posteriormente, é feita uma revisão de literatura acerca do contexto das bibliotecas públicas no Brasil, a fim de não só compreender o processo histórico e político que influencia na visão que a sociedade brasileira tem sobre essas instituições, mas também refletir acerca do papel social que lhes cabe no atual regime de informação. O levantamento bibliográfico ocorreu essencialmente na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), mas também foram utilizados materiais encontrados nas bases de dados Scopus e Web of Science.

A base metodológica da pesquisa é a quali-quantitativa, onde os dados quantitativos foram descritos conforme os relatórios emitidos na plataforma Phlanx, no intuito de mensurar os indicadores de desempenho de cada conta (visibilidade, produtividade, conectividade social e engajamento), conforme método proposto por Bastos e Araújo (2024). Com respeito à investigação qualitativa dos posts publicados, o método para a coleta e análise dos dados que melhor atende aos propósitos pretendidos é a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011), referência principal no assunto, com apoio em Valentin (2005), cuja proposta é adequar o método ao escopo da CI. De acordo com Bardin, a análise de conteúdo se refere a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

Segundo a autora, o método é composto por 3 fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Portanto, essas fases guiarão os passos da pesquisa.

Por conseguinte, foram estruturadas planilhas no programa excel para servirem como instrumentos de registros dos dados quantitativos disponíveis sobre as bibliotecas analisadas, a partir de 2 dimensões: crescimento e alcance da audiência; engajamento e performance das publicações. Já no que tange à coleta e registros dos dados qualitativos dos posts nos perfis selecionados, as fases seguiram a proposta do método de Bardin (2011). A primeira etapa consiste em uma observação inicial em cada um dos 19 perfis das BPEs no Instagram, para identificar as categorias de posts criados, assim como a recorrência de cada categoria. A segunda etapa se constitui pela análise categorial a partir de categorias temáticas emergentes dos posts publicados entre 1 de novembro de 2024 e 31 de janeiro de 2025. O registro dessas categorias, bem como a quantidade de conteúdos referentes a cada uma delas, também foi feito em uma planilha no excel, em que foram descritos as seguintes categorias: “eventos e ações culturais”; “acervo e promoção do livro e leitura”; “produtos e serviços”; “datas comemorativas e/ou comunicados”; “homenagens”; “oportunidades”; e “*advocacy*”. Devido a falta de um software de raspagem de dados públicos do instagram, essa etapa foi adaptada para ser feita manualmente, assim como a contagem do número total de posts publicados no período.

Por fim, foi necessário contrapor o material analisado com o arcabouço teórico, com a finalidade de refletir sobre os aspectos que ditam a atuação dessas bibliotecas nas mídias sociais digitais. O confronto das informações obtidas com a literatura de referência pretende atribuir legitimidade e confiabilidade ao conteúdo científico produzido, além de dar mais embasamento à compreensão sobre a realidade das bibliotecas analisadas.

Por fim, a apresentação dos resultados alcançados e a conclusão da pesquisa tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento de ações que visem expandir o escopo de atuação de bibliotecas públicas nas mídias sociais digitais, ao levar em consideração o papel social dessas instituições e o aspecto crítico sobre o uso das plataformas digitais, a fim de colaborar com a expansão da temática no campo da CI.

2 UM DIAGNÓSTICO DE ÉPOCA COM BASE NA TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO E NO CONCEITO DE REGIME INFORMACIONAL

A dinâmica informacional contemporânea é caracterizada por um forte domínio das plataformas digitais e da lógica de mediação algorítmica, que reconfiguram as formas de produção, circulação e consumo da informação na sociedade atual. O Instagram, enquanto uma das plataformas centrais nesse ecossistema, atua como um campo dotado de certo *habitus*, que influencia de maneira significativa as práticas informacionais dos agentes que fazem uso dos seus serviços. No entanto, essa atuação não é neutra: os algoritmos operam dentro de regimes de informação estruturados por relações de poder, reproduzindo assimetrias e consolidando um *modus operandi* que dita a visibilidade e o valor da informação. Neste contexto, é essencial compreender como esses regimes afetam também instituições tradicionais de mediação da informação e do conhecimento, como as bibliotecas públicas, concebidas historicamente como espaços de acesso democrático à informação. Essas instituições enfrentam diversos desafios diante da hegemonia das plataformas digitais e da crescente dependência de algoritmos para a curadoria informacional, que impõe novas condições para a construção do conhecimento, ao condicionar as maneiras pelas quais os sujeitos interagem com a informação no ciberespaço.

Portanto, o presente capítulo inicialmente traça algumas considerações a respeito do paradigma social da CI. Depois, busca no escopo da teoria crítica da informação (BEZERRA, 2019; 2020) e no conceito de regime de informação (Frohmann, 1995; González de Gomez, 2002; 2012; 2019; Bezerra, 2019; 2020; 2024) a fundamentação para fazer a análise necessária e problematizar os sistemas políticos e sociais, que não só interferem como dão forma aos modos de produção, distribuição e uso da informação em nossa sociedade. Nesse sentido, empenha-se em fazer um diagnóstico de época a partir do conceito de regime de informação, ao levantar aspectos relevantes sobre a lógica de funcionamento das plataformas digitais e, em seguida, descrever os preceitos algorítmicos do Instagram a partir da perspectiva dos critérios de relevância e valor dos conteúdos e perfis.

Elenca ainda as problemáticas inerentes aos regimes informacionais das plataformas digitais (Araújo, 2021; Bezerra, 2019, 2024; Melo; Santana, 2021; Schneider, 2019, 2022), além de buscar nas considerações sobre as Humanidades Digitais (Thatcamp, 2011; Paletta 2019; Alves, 2016; Pimenta, 2016) e *habitus* informacional (Pimenta, 2017) elementos críticos para orientar a práxis do âmbito desses regimes. Por fim, pressupõe que a biblioteca pública, para exercer a sua função social, necessita estar presente e atuante no espaço digital,

com o propósito de auxiliar no enfrentamento desses problemas a partir da mediação da informação, bem como do letramento informacional e digital. Tais questões são desenvolvidas com mais profundidade no capítulo subsequente.

2.1 O paradigma social da Ciência da Informação

O atual cenário social apresenta grandes desafios, que por vezes podem ficar aquém da imaginação dos profissionais e pesquisadores que lidam com a informação no ambiente digital. Por isso, é fundamental questionar a interação entre tecnologia e sociedade, em seus variados contextos - em especial, no que diz respeito aos de caráter social, político, econômico e cultural. Afinal, todos desempenham um papel fundamental no ecossistema informacional. A informação não é neutra, mas sim influenciada por valores, interesses e perspectivas de diferentes grupos sociais. Portanto, é crucial compreender como esses fatores afetam as maneiras pelas quais a informação é produzida, disseminada, acessada e utilizada, a fim de garantir que seu acesso seja equitativo, bem como atenda às necessidades e interesses diversos da sociedade.

Nesse sentido, a partir da compreensão de que tais contextos de propriedades humanísticas são componentes intrínsecos desse ecossistema, cabe na presente pesquisa identificar e problematizar o papel social da biblioteca pública enquanto parte constitutiva desse mesmo ecossistema informacional. Por isso, se mostra essencial refletir sobre os paradigmas da CI (físico, cognitivo e social), conforme apresentado por Capurro (2007) e discutido por Araújo (2009; 2014; 2018), Barreto (2008), Marcial *et al.* (2007), Matheus (2005), Silva e Freire (2012), a fim de posicionar o estudo sob o escopo do paradigma social, que trata os processos informacionais como fenômenos socialmente construídos. A intenção ao tratar desse paradigma é encontrar em seus debates o direcionamento possível para refletir sobre o papel social da biblioteca pública no regime de informação contemporâneo, assim como a sua função nas discussões sobre desinformação, fake news e pós-verdade, em especial no que trata o uso e a apropriação das mídias sociais digitais. Assim sendo, considera-se possível dentro desse escopo desenvolver uma abordagem mais crítica e reflexiva em relação à tecnologia e à informação, visando a promoção de uma sociedade mais informada, participativa e inclusiva.

Capurro (2007, p. 13) explica que a CI nasce em meados do século XX, a partir de um paradigma físico, que é questionado por um enfoque cognitivo, sendo este por sua vez substituído pelo paradigma social. O surgimento da área se deve a forte influência de disciplinas que, de alguma maneira já tinham a informação como objeto, tal como a

Biblioteconomia, a Documentação, as Ciências Cognitivas, a Recuperação de Informação, as Teorias Matemática e Sistêmica da Informação (Silva; Freire, 2012). Capurro (2007, p. 16) afirma ainda que a CI moderna possui duas vertentes: a biblioteconomia clássica e a computação digital. A primeira pode ser compreendida a partir das redes de relações que há muito formam a sociedade humana, em que a linguagem e a comunicação de mensagens, entendida aqui como informação, se relacionam aos elementos sociais e culturais, constitutivos do mundo humano. A segunda vertente, de caráter tecnológico mais recente, tange ao reflexo da computação digital nos processos informacionais.

Todavia, é também importante compreender o contexto histórico de surgimento do campo. De acordo com Araújo (2018, p. 18), a origem da CI, como o campo disciplinar que conhecemos e atuamos hoje, está intimamente ligada ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao início da chamada Guerra Fria entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética. Em um ambiente de competição, de corrida armamentista e de criação de novas tecnologias militares, tanto a pesquisa como o desenvolvimento científico e tecnológico tornaram-se estratégicos para ambos os países. Com a finalidade de aumentar a rapidez na produção de novos conhecimentos, percebeu-se a importância fundamental da informação. Logo, “informação passou a ser entendida como um recurso, uma condição de produtividade.”(Araújo, 2018, p. 18). A consequência disso foi a necessidade de se estabelecer um arsenal teórico que pudesse embasar os primeiros estudos dessa nova área.

Barreto (2008, p. 6), a partir de uma perspectiva mais historiográfica do que epistemológica sobre o campo, descreve a importante contribuição do cientista Vannevar Bush, que entre 1938 e 1942 foi designado por Roosevelt, então presidente dos EUA, como responsável pelo Comitê Nacional de Pesquisa - que posteriormente se tornou Office for Scientific Research and Development -, por levantar questões sobre a organização da informação produzida nesse contexto histórico e sua disseminação na sociedade:

Em 1945, Bush escreveu sobre o problema da informação em ciência e tecnologia e os possíveis obstáculos que poderiam ser encontrados na sua organização e repasse à sociedade. [...] Vannevar Bush pode ser considerado o pioneiro da ciência da informação e 1945 sua data fundadora pela publicação do seu artigo (Barreto, 2008, p. 6).

A CI desenvolve-se inicialmente, portanto, sob a perspectiva da recuperação da informação, fundamentada em uma epistemologia fisicista, que presume a transmissão de um objeto físico entre um emissor e um receptor (Araújo, 2009, p. 205; Capurro, 2007, p. 17; Marcial *et al.*, 2007, p. 3; Silva; Freire, 2012, p. 25). Tal paradigma se baseia em uma teoria que havia sido proposta alguns anos antes, a Teoria Matemática da Comunicação, de Claude

Shannon e Warren Weaver, como também a Teoria Sistêmica que influenciou de forma significativa a área por meio do trabalho de Norbert Wiener sobre a cibernética (Araújo, 2009, p. 193).

Enquanto o modelo físico pensava os processos numa lógica essencialmente linear, do transporte de um ponto a outro (e sobre a forma de otimizar esse transporte), a lógica sistêmica privilegiou a ideia de ciclo, de circularidade: todo processo sempre representa a saída de alguma entidade, e essa saída vai provocar a formação de novos elementos de entrada – como normalmente expresso nos conceitos de input e output (Araújo, 2018, p. 23).

A teoria matemática e a teoria sistêmica são complementares e possuem uma concepção similar de informação, como algo que é transmitido de um ponto a outro. A diferença está no esquema utilizado: a teoria matemática utiliza um modelo linear e a teoria sistêmica utiliza um modelo cíclico. No entanto, como explicam Capurro (2007, p. 18) e Araújo (2014, p. 70), esse modelo coloca em último plano o próprio usuário, assim como os aspectos semânticos e pragmáticos do uso da informação

Cabe ressaltar também a importância do trabalho de Michael Buckland, “Information as thing” (1991), que propõe a informação como fenômeno objetivo, representado em qualquer tipo de objeto que tenha valor informativo atribuído pelo sujeito cognoscente dentro de determinado contexto (Capurro, 2007, p.18). Sobre isso, Marcial *et al.* (2007, p. 3) lembram que “Buckland propõe a definição de informação como ‘qualquer objeto que tenha valor informativo’, a ‘informação como coisa’, identificada por Capurro como tendo forte relação com as atividades clássicas de bibliotecários e documentalistas”. No entanto, ainda que essa visão considere o usuário, o enfoque permanece no paradigma físico.

Nas décadas seguintes houve um aumento na demanda por um desenvolvimento conceitual nos estudos informacionais, que levou ao surgimento de uma nova abordagem que analisa a informação como algo cognitivo, semântico ou subjetivo: o paradigma cognitivo. Barreto (2008, p. 9) considera seu marco um Simpósio sobre Teoria da Informação, ocorrido em Massachusetts em meados dos anos 1950, onde cientistas importantes para o pensamento cognitivo apresentaram trabalhos inéditos, como Herbert Simon, Noam Chomsky e Claude Shannon. O autor ainda complementa: “o certo é que nos anos 60 se encontram os principais autores e atores do cognitivismo ou da Ciência da Cognição, estudando o comportamento da assimilação do conhecimento em seres humanos, máquinas e na interação dos dois” (Barreto, 2008, p.9).

B. C. Brookes, influenciado pela ontologia e epistemologia de Karl Popper, sugere que “os conteúdos intelectuais formam uma espécie de rede que existe somente em espaços cognitivos ou mentais, e chama tais conteúdos de informação objetiva” (Capurro, 2007, p.

19). Neste paradigma, são abordadas a rede de conteúdos intelectuais de Brookes e a intenção de Ingwersen de integrar o usuário, baseada na teoria dos "estados cognitivos anômalos" de Belkin (Capurro, 2007, p. 19; Marcial *et al.*, 2007; p. 3). Essa abordagem, junto à proposta de Ingwersen, que integra nessa dinâmica o próprio usuário, considera a relação entre os dados (os elementos objetivos da realidade) e o conhecimento (o que os indivíduos sabem ou entendem). A informação é vista dessa vez como uma medida da mudança no estado de conhecimento em um sujeito cognoscente, resultante da articulação entre esses dois elementos (Capurro, 2007, p. 19; Araújo, 2018, p.42). No que diz respeito a essa abordagem, Barreto (2008, p. 10) ainda discorre que:

Com o foco na relação entre a informação e o conhecimento, modificou-se a importância relativa da gestão dos estoques de informação, passando-se a apreciar a importância da ação de informação modificando a coletividade. Se antes havia uma razão prática e uma premissa técnica e produtivista para a administração e o controle dos estoques, agora a reflexão considera as condições da passagem da informação para os receptores em sua realidade vivencial; a promessa de gerar conhecimento teria que estar balanceada por fatores como o indivíduo, o seu bem estar e suas competências para interiorizar a informação.

Segundo Araújo (2018, p. 42), uma tríade conceitual foi introduzida na área da CI para trazer mais estabilidade ao campo. Essa tríade inclui os dados (registros físicos de conhecimento, ou seja, a materialidade), o conhecimento (aquilo que está na mente das pessoas, o que elas sabem e seu repertório) e a informação (o resultado da interação entre os dados e o conhecimento, ou seja, o quanto os dados alteraram o conhecimento existente). “Tal modelo de compreensão espalhou-se pelas diversas subáreas do campo, [...] constituindo-se praticamente como um segundo paradigma em oposição ao modelo dominante nas décadas anteriores” (Ingwersen, 1992, apud Araújo, 2018, p.42). No entanto, como alerta Capurro (2007, p. 19)

[...] apesar desse enfoque social, sua perspectiva permanece cognitiva no sentido de que se trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de “modelos mentais” do “mundo exterior” que são transformados durante o processo informacional.

Portanto, a tônica desse modelo consiste em considerar os indivíduos como seres predominantemente mentais e isolados do mundo ao seu redor, como se fossem apenas clientes em um balcão ou serviço de informações, ignorando a influência dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos.

Com isso, a evolução dos estudos informacionais e a percepção da lacuna deixada pelos dois modelos anteriores deram origem ao modelo pragmático ou paradigma social da CI. Segundo Marcial *et al.* (2007, p. 4), Jesse Shera foi o primeiro cientista a usar o termo

epistemologia social em artigo publicado em 1972, ao questionar a visão dos processos intelectuais do indivíduo distante dos contextos social e cultural em que se encontra. Sobre isso, Shera (1973, p. 88, tradução nossa) assevera que:

[...] o neurologista, o fisiologista e aqueles que estudaram o processo de comunicação em todas as suas ramificações não foram capazes de nos dizer o que acontece nessa misteriosa cadeia de eventos que ocorre da página impressa ao olho e ao cérebro e o comportamento que daí resulta.

No que diz respeito mais especificamente sobre o trabalho do bibliotecário, Shera (1973, p. 89) reflete que embora a biblioteca atenda o indivíduo, a finalidade última é o progresso social, por isso é necessário ir além do conhecimento sobre os processos cognitivos individuais, mas conhecer a rede de comunicação da sociedade. Com isso, o autor propõe uma nova disciplina, a epistemologia social, cujo foco “deveria estar na produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado em todo o tecido social” (Shera, 1973, p. 89, tradução nossa).

Já Capurro (2007, p. 13) esclarece que o paradigma social iniciava não no escopo da CI, mas da biblioteconomia e da documentação. Por isso, o autor atribui a Frohmann o marco do paradigma social na CI, a partir de sua crítica à abordagem cognitiva, por esta considerar a atuação do sujeito cognoscente de forma reducionista, caracterizando-a como idealista e associal (Capurro, 2007, p. 20). Marcial *et al.* (2007, p. 4) lembra que “Capurro associa essas críticas à epistemologia de Wittgenstein das “Investigações Filosóficas” e à teoria do discurso como manifestação de poder, de Foucault”.

Além dessas influências, Capurro (2007, p. 21) cita Hjørland e Albrechtsen, que juntos desenvolveram a análise de domínio, a qual ele chama de paradigma social epistemológico. A análise de domínio propõe que a investigação dos campos cognitivos tem relação direta com distintos grupos sociais constitutivos de uma sociedade. (Capurro, 2007, p. 21; Marcial *et al.*, 2007, p. 4). Capurro (2007, p.21) atenta que a adoção desse paradigma implica no desprendimento da busca por uma linguagem universal ideal para representação do conhecimento ou de um algoritmo único e perfeito para a modelagem da recuperação de informação, metas frequentemente perseguidas pelos paradigmas físico e cognitivo.

Araújo (2018, p. 77), discorre ainda sobre o caráter fenomenológico dos processos informacionais sob a perspectiva do paradigma social, ao citar também a influência de Heidegger, Hjørland e Albrechtsen:

[...] busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como “ser no mundo”, tal como a fórmula do *dasein* tomada de Heidegger ou as comunidades de discurso estudadas por Hjørland e Albrechtsen a partir de uma inspiração em Wittgenstein.

A respeito de Hjørland, Marcial *et al.* (2007, p. 6) ainda acrescenta que o autor é apontado por Capurro como um dos principais expoentes do paradigma social, por dedicar-se no desenvolvimento conceituais e teóricos da Organização do Conhecimento, bem como por defender uma proposta sócio-cognitiva na CI.

Em suma, o paradigma social da CI é uma abordagem que enfatiza a importância do contexto social, político e cultural nos processos informacionais. Esse paradigma reconhece que a informação é um fenômeno que sofre influência e se molda a partir das estruturas sociais e culturais. Tal visão surgiu a partir da década de 1970, decorrentes das críticas aos paradigmas fisicista e cognitivo. Esse modelo enfatiza o papel do contexto social ao refletir sobre como as informações são criadas e compartilhadas dentro de comunidades e culturas específicas, além de buscar compreender como esses processos são influenciados por fatores sociais e culturais. Araújo (2018, p. 47) explica que:

Termos como pragmático, intersubjetivo, sociocultural são usados para descrever esse novo modelo, apontando que informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas descrições, a informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico.

Algumas das principais áreas de estudo do paradigma social incluem a organização da informação, o acesso à informação, a política de informação, bem como o impacto social e cultural da tecnologia da informação e comunicação - sendo essa última o foco do interesse da presente pesquisa. Os estudos desenvolvidos com base nesse paradigma frequentemente usam abordagens interdisciplinares, combinando conceitos e métodos de várias disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a filosofia. Perante o exposto, Capurro (2007, p. 11) ressalta que:

Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo.

No entanto, é necessário esclarecer que os modelos de estudos informacionais são mais complementares entre si do que excludentes. Tal como apontado por Matheus (2005, p. 163), é importante abandonar disputas paradigmáticas, possivelmente por meio de uma abordagem que investigue as interações entre a informação como sinal físico (sintaxe), a informação como significado (semântica) e os efeitos sociais da informação (pragmática). Destacar essa proposta é essencial, visto que é a principal diretriz para a análise a ser desenvolvida na investigação pretendida.

Por último, recorre-se novamente a Capurro (2007, p. 24) que, ao lançar a questão “quem somos como sociedade(s) no horizonte da rede digital?”, nos traz a reflexão de que as

propostas epistemológicas devem considerar questões éticas, bem como apresentar uma práxis que considere os aspectos característicos da sociedade humana, bem como as prerrogativas de seus ecossistemas informacionais. O autor afirma que “[...] toda epistemologia está baseada numa epistemopráxis. No centro dessa se encontra a sociedade humana entendida como sociedade de mensagens com suas estruturas e centros de poder” (Capurro, 2007, p.25). Capurro (2007, p. 25) reconhece que os impactos midiáticos e epistêmicos das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, porém alerta que com isso surgem novos problemas e desafios de ordem social, econômica, técnica, cultural e política, que merecem ser investigados à luz da CI. Dessa forma, busca-se no paradigma social, a partir das considerações supracitadas, os fundamentos para que seja possível compreender a realidade social, política e cultural dos processos informacionais na contemporaneidade, bem como refletir sobre o papel da biblioteca pública na dinâmica apresentada, especificamente no que diz respeito às TDICs e seus impactos na sociedade.

Um caminho que se mostra viável e coerente com as observações pretendidas é o da Teoria Crítica da Informação apresentada por Bezerra (2019, p. 27), que tem suas raízes na teoria crítica frankfurtiana. Segundo Marcuse (1973, p. 15):

As "possibilidades" têm de estar ao alcance da respectiva sociedade; devem ser metas definíveis da prática. E, por sinal, a abstração das instituições estabelecidas deve expressar uma tendência real - isto é, sua transformação deve ser a necessidade real da população básica. A teoria social se interessa pelas alternativas históricas que assombram a sociedade estabelecida como tendências e forças subversivas. Os valores ligados às alternativas realmente se tornam fatos quando transformados em realidade pela prática histórica. Os conceitos teóricos terminam com a transformação social (Marcuse, 1973, p.15).

Portanto, a teoria crítica tem como objetivo não apenas compreender a realidade como ela é, que é o objetivo da teoria tradicional alinhada à abordagem positivista, mas também realizar uma análise que vá além da realidade atual e descubra como as coisas poderiam ser diferentes - embora não sejam. Investigar sob essa perspectiva requer olhar além das aparências momentâneas e objetivas, para então examinar as questões históricas que resultaram em uma realidade específica e não em uma outra que seria mais benéfica para a sociedade. No entanto, para que isso ocorra, também é necessário identificar os obstáculos e refletir criticamente sobre a situação atual, a fim de desenvolver alternativas transcendentais por meio de uma práxis transformadora.

2.2 O método da teoria crítica da informação

A teoria crítica da informação é uma abordagem que tem como objetivo analisar e questionar as estruturas políticas e sociais que moldam a produção, distribuição e uso da

informação em nossa sociedade. Essa abordagem se baseia na ideia de que a informação não é neutra, mas sim influenciada por diversos fatores, como interesses políticos, econômicos, valores culturais e relações de poder. Por isso, seu método se mostra fundamental para entender a dinâmica informacional em nossa sociedade, pois permite analisar as estruturas de poder que estão envolvidas na produção, apropriação e disseminação da informação, bem como nas maneiras pelas quais esses poderes são utilizados como mecanismos de controle social e exploração na lógica da sociedade capitalista contemporânea.

Nessa direção, a análise proposta na presente pesquisa tem como base a teoria crítica da informação considerada por Bezerra (2019, p. 15), que se fundamenta nas concepções da Escola de Frankfurt, em especial dos autores Max Horkheimer (1895-1973) e Herbert Marcuse (1898-1979). Tal teoria busca trazer as perspectivas inerentes aos modos de produção da informação na sociedade contemporânea, a fim de identificar os desafios econômicos, políticos, culturais e éticos do contexto informacional, para assim sugerir ações possíveis que atendam de forma mais satisfatória às demandas sociais. Logo, compete à teoria crítica reconhecer os entraves que impedem que as potencialidades da vida social se concretizem e, em seguida, se opor a esses impedimentos.

A Escola de Frankfurt surge em 1923 na Alemanha, no âmbito do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a partir de um movimento de diversos pensadores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm e, da geração mais recente, Jürgen Habermas e Axel Honneth (Bezerra, 2019 p. 25). Com uma abordagem crítica à sociedade, em oposição à ciência tradicional, a Escola foi profundamente influenciada por Karl Marx, Friedrich Engels, Sigmund Freud e Friedrich Nietzsche, sob as bases das teorias sociais, da psicanálise e da filosofia. O contexto histórico de seu surgimento apresentava grande efervescência política, cultural e econômica, os quais merecem destaque: a República de Weimar e o crescimento do fascismo, a crise do capitalismo que culmina na Grande Depressão de 1929 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Forçados ao exílio pela ascensão do nazismo, muitos dos membros da Escola de Frankfurt continuaram seus trabalhos nos Estados Unidos, onde passaram a analisar de forma crítica as sociedades capitalistas ocidentais. Tais elucidações permanecem relevantes para entender as dinâmicas de poder e as contradições das sociedades contemporâneas (Cavalcante; Brufem; Côrtes, 2019 p. 5).

O núcleo de suas análises críticas reside na compreensão da sociedade moderna como dominada pela razão instrumental, um tipo de racionalidade que prioriza o controle e a eficiência às custas de valores sociais. Bezerra (2019, p. 25) destaca o artigo “Teoria

tradicional e teoria crítica”, escrito por Horkheimer em 1937, como o trabalho que inaugura a teoria crítica e complementa que é neste texto que “[...] estão fundamentados os princípios teóricos que irão orientar as pesquisas do instituto de Frankfurt: a historicidade dos sujeitos cognoscentes, a totalidade dos fenômenos sociais e a tensionalidade presente na sociedade” (Bezerra, 2019, p. 25). No artigo em questão, Horkheimer (1980, p. 155) distingue duas formas de produção de conhecimento: a teoria tradicional, vinculada à ciência empírica e positivista, e a teoria crítica, enraizada na filosofia social e voltada para a emancipação humana. O autor desenvolve uma crítica à teoria tradicional por sua pretensa neutralidade e objetividade, que ignoram as condições históricas, bem como as relações de poder subjacentes ao conhecimento:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual [...]. A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela (Horkheimer, 1980, p. 155).

Aponta ainda que a teoria tradicional, ao se concentrar na separação entre sujeito e objeto e na acumulação de conhecimento técnico, reforça a lógica da racionalidade instrumental, o que culmina na reificação das relações sociais.

Assim, a teoria crítica adota uma abordagem dialética, com o intuito de analisar as contradições das estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas. Inspirada no idealismo alemão, busca a transformação social ao questionar a ideologia e as relações de dominação que sustentam o capitalismo. Horkheimer (1980, p. 156) enfatiza que a teoria crítica “não é uma hipótese de trabalho que se mostra útil para o funcionamento do sistema dominante, mas sim um momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça às necessidades e forças humanas”. Portanto, o conhecimento não deve ser apenas contemplativo, mas precisa atuar como ferramenta para a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa.

Outro trabalho basilar da teoria crítica, que interessa para as considerações a respeito da teoria crítica da informação, é o livro “O Homem Unidimensional” de Herbert Marcuse (1973). O autor apresenta nessa obra uma crítica contundente ao capitalismo avançado e às sociedades industrializadas, que promovem o que foi denominado de “pensamento unidimensional”. O termo se refere a uma forma de pensamento conformista e instrumental, moldada pelas estruturas dominantes da sociedade industrial. Segundo Marcuse (1973, p. 14),

a sociedade industrial promove a aceitação passiva do *status quo*, o que restringe a capacidade do indivíduo de pensar além das condições estabelecidas, ou seja, de imaginar e buscar alternativas que transcendam os limites impostos pela ordem vigente. Ainda esclarece que:

Não obstante, essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência - individual, nacional e internacional (Marcuse, 1973, p. 14).

Neste sentido, a racionalidade instrumental, em vez de promover uma ação emancipadora, funciona como instrumento de controle e dominação. Concomitante a isso, Marcuse (1973, p. 14) observa ainda que as sociedades industriais avançadas suprimem a oposição ao absorver e neutralizar ideias críticas com propostas revolucionárias. Essa integração se dá por meio da racionalidade tecnológica, que não apenas organiza a produção, mas também molda as necessidades, aspirações e até os valores individuais: “a nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrífugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com dúplici base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente” (Marcuse, 1973, p. 14). Por fim, argumenta que a tecnologia não é neutra, mas sim um instrumento de controle e dominação que reforça o conformismo, além de produzir uma racionalidade tecnológica que legitima e naturaliza a organização social existente. Tais fatores reforçam o pensamento de que formas alternativas, que melhor atendam aos interesses da sociedade, parecem irrealis ou inviáveis.

Portanto, se faz necessária uma teoria crítica, que não apenas questiona a racionalidade instrumental e reflita sobre suas contradições, mas também busque alternativas nas próprias condições históricas que culminaram na atual sociedade, indo além das condições estabelecidas, tanto no pensamento quanto na ação:

A investigação das raízes de tais fatos e o exame de suas alternativas históricas são parte do objetivo de uma teoria crítica da sociedade contemporânea, uma teoria que analisa a sociedade à luz de suas aptidões utilizadas e não-utilizadas ou malbaratadas para aprimorar a condição humana (Marcuse, 1973, p. 14).

O autor destaca ainda que essa transcendência não ocorre fora das condições existentes, mas dentro delas, sendo, portanto, um processo dialético, pois transcender implica romper com o poder das condições impostas, para alcançar formas mais racionais e lógicas de existência, baseadas nas possibilidades reais presentes nas condições que se apresentam como dadas:

Para identificar e definir as possibilidades de ótimo desenvolvimento, a teoria crítica deve abstrair-se da organização e utilização práticas dos recursos da sociedade, bem como dos resultados dessa organização e utilização. Tal abstração, que se nega a aceitar o universo de fatos dado como o contexto final da validação, tal análise

"transcendente" aos fatos à luz de suas possibilidades, captadas e negadas, pertence à própria estrutura da teoria social (Marcuse, 1973, p. 15).

Bezerra (2019, p. 27). elucida ainda que:

Marcuse atribui à teoria crítica a tarefa de não apenas entender por que as coisas são como são, objetivo da teoria tradicional, mas ocupar-se, também, de uma análise que transcenda a realidade a partir de suas condições imanentes e descubra que as coisas poderiam ser de outra forma – mas não são. Isso ocorre porque há obstáculos de diversas ordens (dentre elas, e talvez principalmente, as de ordem humana, quer seja no âmbito econômico, cultural, social ou político) que impedem que as coisas sejam melhores do que são. Identificar tais obstáculos é tarefa de ordem metodológica.

Portanto, a teoria crítica emerge como um instrumento essencial para desvendar os limites da racionalidade instrumental e transcender as estruturas de dominação e controle que sustentam o capitalismo avançado. Neste contexto, a teoria crítica não se limita a um exame descritivo do mundo tal como ele é, mas adota uma postura metodológica que busca desvendar os obstáculos históricos, culturais e econômicos que perpetuam certas situações de opressão na atual sociedade. Por meio de uma análise dialética, que opera não só dentro das condições impostas, mas visa superá-las, a teoria crítica se torna um instrumento de reflexão para a transcendência das condições sociais. Aponta não apenas as contradições da ordem vigente, mas também suas potencialidades latentes, ao refletir sobre como as capacidades humanas e materiais podem ser reorientadas para construir uma sociedade mais livre, equitativa e alinhada às verdadeiras necessidades humanas. Assim, tanto a proposta marcusiana como aquela desenvolvida por Horkheimer vão além da simples crítica ao *status quo*, pois instigam a busca de formas alternativas de existência que rompam com os limites impostos pela racionalidade instrumental e suas promessas de progresso a partir de condições arbitrárias, aparentemente inevitáveis.

Neste ínterim, a teoria crítica da informação que fundamenta esta pesquisa apresenta uma estrutura teórico-metodológica similar, ao propor uma análise dos modos de produção informacionais, que reflita sobre suas contradições e desenvolva alternativas emancipatórias para a sociedade, a partir de suas condições imanentes. A respeito disso, Bezerra (2019, p. 28) discorre que

[...] a proposta metodológica de uma teoria crítica da informação deve contemplar a realização de diagnósticos interdisciplinares que tenham como foco o ambiente informacional e as perspectivas de produção, circulação, mediação, organização, recuperação e acessibilidade da informação, identificando as potencialidades e os obstáculos à liberdade e à autonomia informacional que se colocam no cenário a ser investigado.

Desse modo, a teoria crítica da informação é uma abordagem teórica que emerge no cruzamento entre os estudos da informação e os fundamentos da teoria crítica frankfurtiana. Tem como objetivo principal analisar criticamente os processos informacionais em sua

relação com as estruturas de poder, dominação e emancipação no contexto da sociedade contemporânea, a partir da elucubração destes três pilares filosóficos: “Por que as coisas são como são e não de outra forma? Quais os obstáculos que impedem que as coisas sejam melhores do que são? Como agir para vencer tais obstáculos e transformar o mundo?” (Bezerra, 2019, p. 28). Busca também revelar as contradições inerentes à produção e ao consumo de informações na sociedade capitalista, investigando como os sistemas informacionais perpetuam tanto desigualdades, quanto diferentes formas de dominação social e cultural.

O método basilar da teoria crítica da informação se apresenta em três etapas: a primeira é a compreensão da atual sociedade, a segunda é a crítica de suas contradições e de suas falhas, e a terceira é a construção de alternativas possíveis a partir das condições já existentes. Isso significa que é necessário realizar diagnósticos que deem conta de olhar além das aparências momentâneas e examinar as questões histórico-sociais que contribuíram para a realidade se apresentar de determinada forma, em detrimento de outra que melhor atenderia aos interesses da coletividade. Neste sentido, precisamos recorrer ao caráter transcendente da teoria crítica que, “além de compreender o mundo tal como ele é, propõe um exercício de imaginação a respeito de como o mundo poderia ser” (Bezerra, 2019, p. 29). Portanto, é preciso identificar os obstáculos e refletir de forma crítica sobre o cenário atual, mas também desenvolver alternativas por meio de uma práxis transformadora.

Neste intuito, Bezerra (2019, p. 29; 2020, p.194) propõe uma metodologia para a teoria crítica da informação que contemple as três etapas supracitadas, a partir da articulação entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. O conceito de regime de informação - que será melhor discutido na próxima subseção - fornece o arcabouço teórico que orienta o diagnóstico de época, com o intuito de mapear as interações entre estruturas políticas, econômicas e culturais que moldam os fluxos informacionais:

Em nossa teoria crítica da informação, o conceito de regime de informação servirá de orientação para a proposição de diagnósticos de época que sejam capazes de, conforme afirma Frohmann, “mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (Bezerra, 2019, p. 29).

Tal análise abarca questões como vigilância digital, coleta de dados pessoais e invasão de privacidade, filtragem algorítmica da informação, que geram consequências problemáticas como desinformação, *fake news*, negacionismo científico, revisionismo histórico, entre outros. Serve ainda de diretriz para investigar como esses fatores operam sob lógicas de poder e dominação, evidenciando os limites impostos pelos sistemas hegemônicos.

Já o conceito de competência crítica em informação age como um elemento norteador para o desenvolvimento de uma práxis transformadora, a partir de sujeitos que buscam discernir criticamente a respeito das dinâmicas dos regimes informacionais e, com isso, usar a informação de maneira ética e emancipatória. Inspirada pela pedagogia crítica de Paulo Freire e pelos princípios da teoria crítica frankfurtiana, a competência crítica em informação propõe uma práxis informacional em prol da autonomia intelectual e da resistência aos mecanismos de controle ideológico. Conforme explica Bezerra (2020, p. 197):

Podemos, nesse sentido, admitir não apenas que o caráter ativo da competência crítica em informação atende à perspectiva de prática emancipatória que integra nossa proposta de teoria crítica da informação, mas que a sua própria efetividade está condicionada ao desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito dos regimes de informação em que os indivíduos estão inseridos, com destaque para o regime de informação dominante que vigora no ambiente digital.

Tal proposta metodológica permite que a teoria crítica da informação não apenas revele as contradições sistêmicas, mas também proponha caminhos para superação dessas barreiras, utilizando como base tanto a análise histórico-social das relações de poder, quanto a capacidade crítica para transformar o uso da informação em um meio de emancipação. Em suma, o método da teoria propõe um diagnóstico profundo das potencialidades e limitações dos regimes de informação, bem como uma intervenção propositiva para reconfigurar as estruturas informacionais em prol de uma sociedade mais justa e consciente.

2.3 O regime de informação na contemporaneidade: um diagnóstico de época

No mundo contemporâneo há uma dinâmica informacional significativa que precisa ser compreendida em relação ao seu funcionamento, desenvolvimento e impacto na estrutura social. As TDICs estão presentes na vida cotidiana de grande parte da sociedade, sendo fatores essenciais de importantes configurações no modo de produção da informação, que moldam as relações entre os sujeitos e as relações desses com o mundo. Conforme Bezerra (2019, p. 33)

[...] o despertar da teoria crítica da informação é orientado para a tarefa de esfregar os olhos, observar o regime de informação ao redor e analisar as inovações tecnológicas, leis e políticas de informação, as perspectivas de acessibilidade à tecnologia, seus efetivos usos e práticas informacionais e as consequências que pesam sobre a vida material e psicológica dos indivíduos, para produzir um diagnóstico crítico que permita desvendar os mecanismos de controle e opressão e os obstáculos que se colocam no caminho da emancipação social e da autonomia informacional.

Surgem, dessa forma, reflexões cruciais a respeito do que se conhece como regime de informação, que busca não só fundamentar diagnósticos de época, mas também apontar os aspectos críticos consequentes dessas dinâmicas e, na proposta desta pesquisa, refletir sobre o

lugar que a biblioteca pública precisa ocupar no atual contexto.

No que se refere ao conceito de regime de informação, este trabalho toma como base especificamente três autores: Bernd Frohmann (1995), Maria Nélide González de Gómez (2002; 2012; 2019) e Arthur Bezerra (2019; 2020; 2024). O pesquisador pioneiro Bernd Frohmann (1995) introduz o conceito de regimes de informação como uma forma de analisar criticamente os sistemas e redes que organizam e estabilizam os fluxos de informação na sociedade. Baseando-se na Teoria Ator-Rede (ANT), de Bruno Latour e Michel Callon, Frohmann (1995, p. 21) explica que:

[...] quando pensamos sobre os fluxos de informação girando ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Chamemos, portanto, qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determináveis de produtores específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos, um regime de informação (tradução nossa).

Desta forma, regimes de informação são sistemas sociotécnicos nos quais informações circulam por canais determinados, conectando atores específicos – humanos e não humanos – por meio de estruturas organizacionais, discursos e artefatos tecnológicos. Tais regimes não apenas organizam a circulação da informação, mas também configuram relações de poder, moldando o que é considerado válido, relevante e legítimo em diferentes contextos.

Já de acordo com González de Gómez (2002, p. 34; 2012, p. 43; 2019, p. 139), o conceito de regime de informação se refere ao conjunto de normas, leis, políticas e práticas que regulam a produção, distribuição e uso da informação em uma sociedade:

regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (González de Gómez, 2012, p. 43)

O termo trata ainda dos modos de produção que determinam como a informação é gerada, transmitida, armazenada, protegida e utilizada. Além disso, esse conceito está relacionado às conexões entre informação e poder; logo acredita-se que a informação produzida e disseminada no contexto das tecnologias digitais, com caráter onipresente, é o que influencia e impulsiona essas conexões. O regime de informação ainda torna visível a importância dos critérios de valor relacionados à informação e à dimensão simbólica da cultura, no sentido de questionar quais aspectos de verdade e credibilidade podem ser considerados para avaliar a veracidade e a relevância da informação.

Bezerra (2024, p. 43-44), com base nas concepções de Frohmann, Gonzalez de Gomez

e Sandra Braman, propõe não só a perspectiva de regimes de informação, no plural, para representar os sistemas ou redes que possuem fluxos informacionais específicos, mas também a ideia de um regime de informação dominante, peculiar ao modo de produção capitalista contemporâneo e caracterizado por grandes empresas que dominam o mercado global de inovação e tecnologia. Nesta perspectiva, Bezerra (2024, p. 44) elucida que:

Apesar da aparência plural, diversificada e democrática dessa definição geral, o ‘novo’ regime de informação do século XXI tem como característica o ‘velho’ fato (presente desde o estágio superior imperialista dos tempos de Lenin) de ser capitaneado por grandes corporações multinacionais, algumas delas criadas, nos últimos 20 ou 30 anos, que se destacam pelo emprego de tecnologia de ponta (e por isso chamadas de *big tech*), como Alphabet, Meta, Amazon, X Corp, Microsoft, Apple, Samsung, Alibaba, ByteDance, Airbnb, Uber, Netflix, Spotify e outras.

A esse respeito, Bezerra (2024, p. 44) discorre ainda que cada uma dessas *big techs* se diferem no que tange aos produtos e serviços oferecidos, representando cada uma, portanto, um regime de informação singular. No entanto, ao propor o método dialético marxista para conceber uma teoria dos regimes de informação, Bezerra (2024, p. 44) sugere refletir sobre as particularidades e *modus operandi* de cada um desses sistemas informacionais, com vistas a identificar e analisar os aspectos em comum, que fazem desses regimes historicamente excepcionais:

É aqui que enxergo a contribuição do método dialético para uma teoria dos regimes de informação. Postular a existência de um regime de informação, no sentido de um modo de produção informacional dominante, significa realizar um exercício de abstração das especificidades e singularidades de cada um dos sistemas informacionais existentes, a fim de concentrar a análise naquilo que as atuais formas de produção, circulação e consumo de informação têm em comum – e o que faz delas formas particulares em termos históricos (Bezerra, 2024, p. 44).

Nesse ínterim, é necessário ponderar sobre os regimes de informação das plataformas de mídias sociais digitais - e, no escopo desta pesquisa, do Instagram - como também considerá-las nas análises que busquem compreender as transformações e complexidades do regime informacional dominante, visto que desempenham um papel significativo na disseminação e construção da informação, bem como na formação de opiniões e na participação pública. No entanto, é essencial reconhecer seus desafios e limitações, considerando-as dentro de um contexto mais amplo de práticas informacionais.

2.3.1 A pandemia global da Covid-19 e seus reflexos no uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs)

A pandemia global da Covid-19 foi uma catástrofe sanitária sem precedentes, com reflexos profundos em todos os âmbitos da vida social. Com o intuito de contextualizar como essa doença impactou toda a sociedade e por consequência o trabalho desenvolvido pelas

bibliotecas, busca-se descrever um breve histórico de sua ocorrência e, a partir disso, dar um direcionamento mais adequado à análise da presente pesquisa.

De acordo com a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), que atua como uma agência internacional de saúde para as Américas:

[...] em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos (OPAS, 2023).

E apesar do coronavírus ser a segunda principal causa de resfriado comum, a nova cepa, confirmada pelas autoridades chinesas em 7 de janeiro de 2020 e que posteriormente recebeu o nome de SARS-CoV-2, revelou ser de níveis de infecção e mortalidade alarmantes; esta nova cepa que causa a doença hoje conhecida como Covid-19. Conforme a OPAS (2023), “a Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca”, podendo incluir sintomas menos comuns, como perda de paladar ou olfato, congestão nasal, dor de garganta, entre outros. As principais medidas sanitárias recomendadas por diversas autoridades, como cientistas, profissionais da saúde e órgãos internacionais, se baseiam em redução no nível de exposição ao vírus, com uso de máscara facial, higienização das mãos, ambientes ventilados, evitar aglomerações; e a partir de 2021 manter o esquema vacinal em dia (OPAS, 2023).

No entanto, diante de um quadro de contaminação acelerada, sobretudo nos primeiros meses da pandemia em que pouco se conhecia sobre a doença e não havia ainda medicamentos ou vacinas que pudessem preservar a vida das pessoas, a recomendação primordial foi o distanciamento social:

Os três primeiros meses de 2020 detonaram o gatilho das contaminações registradas, tendo elas ultrapassado sobejamente os limites do razoável e tendo atingido, com velocidade brutal, todas as regiões mundiais, o que atribuiu à Covid-19 características de pandemia. [...] Na ausência de vacinas, o isolamento social representou medida necessária à desaceleração da propagação viral [...] (Schabbach, 2022, p. 34).

As consequências desse isolamento abarcam diversas questões de cunho econômico, social, cultural, psicológico e ambiental. No entanto, tais questões ainda estão por serem identificadas e analisadas no curso da história recente e, tal como afirma Marino e Nicodemo (2022, p. 7), “a história da pandemia de Covid-19 envolverá o esforço de encadear acontecimentos na trama narrativa da maior tragédia global dos nossos tempos”. O que é possível sugerir, com base em relatos e ensaios já publicados no meio científico, é que o uso intensificado das TDICs parece ter sido o caminho para superar o isolamento social e manter as atividades econômicas, sociais, educacionais e culturais, em contextos que permitiam uma

substituição temporária e emergencial do presencial pelo remoto. Sobre isso, Sena, Farias e Cosmo (2023, p. 255) relatam a experiência a partir da perspectiva da competência informacional e midiática no período da pandemia:

[...] o quadro que nos foi imposto pela pandemia global causada pela Covid-19 fez com que as tecnologias digitais assumissem um papel importante, não só quanto às relações sociais, mas também quanto ao acesso à informação, ao ganho de novas habilidades para superar a crise e para manter o funcionamento da sociedade no que for possível (Sena; Farias; Cosmo; 2023, p. 255).

Como exemplos, é possível citar casos em que as TDICs foram utilizadas para o monitoramento via aplicativo, software, ligação ou videoconferência de pacientes isolados (Celuppi *et al.*; 2021, p. 2); o uso do whatsapp como ferramenta de comunicação durante a pandemia para a literacia e promoção da saúde aos participantes da Plataforma de Saberes - projeto desenvolvido desde 2012 pelo Laboratório de Pesquisa em Epidemiologia e Determinação Social da Saúde (LAP-EPIDSS) do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Fundação Oswaldo Cruz (INI/Fiocruz), no Rio de Janeiro, Brasil (Souza *et al.*, 2020, p. 2); ou até mesmo a situação precária dos discentes ligados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, devido à falta de acesso às tecnologias educacionais (Anjos; Cardoso; 2022, p. 2).

Como casos da atuação de bibliotecas durante a pandemia, foram encontrados cerca de 164 trabalhos na BRAPCI - entre artigos, relatos de experiência e trabalhos em eventos -, em que vale mencionar alguns como exemplo de aplicação das TDICs. Santos e Zattar (2021) apresentam um relato de experiência sobre a promoção da competência em informação entre estudantes do Ensino Fundamental I em uma escola particular internacional no Rio de Janeiro durante o ensino remoto na pandemia. O trabalho discute as dificuldades e as estratégias utilizadas para manter as atividades bibliotecárias e o desenvolvimento da competência informacional no ambiente virtual. Já um artigo publicado por Lins, Ribero e Novo (2022) tratam do impacto da pandemia da Covid-19 no Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), analisando as mudanças na prestação de serviços bibliotecários, a adaptação ao trabalho remoto e o uso de tecnologias digitais como ferramentas essenciais para a manutenção da disseminação da informação. Vale destacar também o trabalho de Mazzeto e Souza (2022), que analisam a atuação das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF) durante a pandemia e como essas instituições utilizaram as redes sociais para oferecer suporte informacional à comunidade acadêmica. O estudo tem como foco o Instagram da Biblioteca da Faculdade de Medicina (BFM/UFF), a partir das ações de competência informacional e competência crítica em

informação, que foram mobilizadas para combater a infodemia, a desinformação e o negacionismo científico. Por fim, o artigo de Caldas e Silva (2020) analisa a atuação das bibliotecas públicas estaduais brasileiras durante o isolamento social, examinando como essas instituições se adaptaram ao novo contexto, utilizando tecnologias para oferecer serviços informacionais, lazer e suporte às suas comunidades. O conceito de hibridez foi central para entender a integração entre tecnologias digitais e serviços tradicionais das bibliotecas, ao indicar o desenvolvimento de atividades diversificadas, como empréstimos ampliados, cursos online, contação de histórias virtuais e atendimento via WhatsApp. Tais relatos suscitam a ideia de que as TDICs são condicionadas ao uso que a sociedade lhes confere, diante de necessidades específicas que surgem no cotidiano das pessoas.

Portanto, as necessidades impulsionam o desenvolvimento de competências informacionais por parte de diversos atores sociais; competências essas que se mostram fundamentais diante das questões apresentadas pelo regime de informação vigente. Visto isso, ao considerar que o atual regime é caracterizado essencialmente pela influência da internet e das plataformas digitais em várias esferas da sociedade, vale mencionar duas pesquisas que buscam retratar como tais tecnologias têm sido usadas nos últimos anos.

A primeira é o relatório anual *Digital 2024: your ultimate guide to the evolving digital world* (We Are Social; Meltwate; 2024), que levanta dados globais sobre o uso da internet sobre todo o ano de 2023. A partir de fontes variadas e com base em critérios preestabelecidos, o relatório faz uma análise comparativa sobre o mundo digital desde 2012 e a pesquisa mais recente destaca diversas histórias relevantes, que incluem mudanças nos números globais de usuários da Internet, declínio no tempo gasto online, evolução das preferências de plataforma de mídia social, mudanças nos dispositivos utilizados para acessar conteúdos digitais e comportamentos de pesquisa online. Segundo os dados apresentados, a população mundial ultrapassou 8 bilhões de pessoas, com cerca de 5,61 bilhões de usuários de telefones celulares e 5,35 bilhões de usuários de Internet. O crescimento do número de usuários de mídia social foi 5,6% em relação a 2022, enquanto no período anterior registrou um aumento de apenas 3%. Isso significa que proporcionalmente cerca de 62,3% da população mundial é usuária de mídia social, não necessariamente de indivíduos únicos. Embora o tempo gasto online tenha aumentado apenas 1% em relação ao período anterior, vale destacar que o Brasil figura na segunda posição do ranking mundial, que representa que o brasileiro passa em média 9 horas e 13 minutos por dia usando a internet, ficando atrás somente da África do Sul, que passa 9 horas e 24 minutos por dia. Concomitante a isso, vale destacar que o tempo gasto online se refere a: 94,7% em aplicativos de mensagens, 94,3%

em redes sociais, 80,7% em mecanismos de busca e portais web, 74,3% em compras online (We Are Social; Meltwate; 2024).

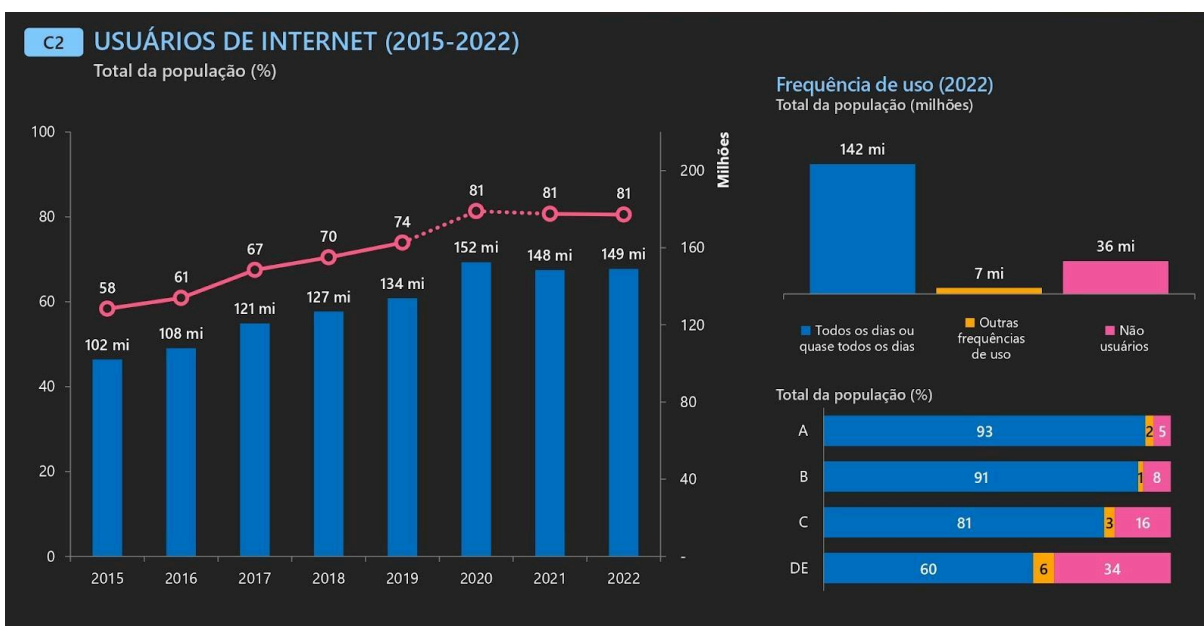
Com base nisso, o relatório do período anterior aponta que a publicidade digital tem sido um dos setores que mais cresce, com um aumento de 78% nas receitas de anúncios entre 2019 e 2022. As plataformas de mídia social têm sido as maiores beneficiárias dessa mudança para o digital. O YouTube lidera em número de usuários ativos, enquanto o WhatsApp é considerado a plataforma de mídia social favorita globalmente. A pesquisa destaca ainda que os usuários de mídia social continuam a crescer, impulsionados pela pandemia de Covid-19. Apesar do declínio no tempo gasto geral na Internet, as pessoas estão dedicando mais tempo às redes sociais. O uso de smartphones também aumentou, com o usuário móvel médio gastando mais de 5 horas por dia nesses aparelhos. E apesar dos dispositivos como PCs, laptops e tablets ainda representarem a maior parte do tempo conectado em muitos países da Europa e nos EUA, o uso dos smartphones para acessar a Internet é predominante na maioria das economias em desenvolvimento - o que pode refletir uma limitação no aproveitamento dos recursos potenciais do ciberespaço (We Are Social; Meltwate; 2023; 2024).

Por fim, o estudo sugere que o mundo digital está em constante evolução, com mudanças significativas nas preferências de plataforma e comportamentos online. Essas tendências têm implicações importantes para a publicidade digital e o uso de dispositivos móveis. Compreender tais transformações é fundamental para acompanhar as demandas e necessidades dos usuários nesse ambiente em constante mudança.

Já o segundo estudo, importante para compreender o cenário nacional e suas especificidades, é a Pesquisa TIC Domicílios 2022 (NÚCLEO..., 2023), uma das principais fontes de dados sobre o acesso à internet no Brasil e que oferece uma visão bem abrangente sobre como os brasileiros usam as tecnologias digitais. A pesquisa TIC Domicílios 2022 (NÚCLEO..., 2023) foi realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que é responsável pela produção de indicadores sobre a Internet no Brasil - referência para a elaboração de políticas públicas sobre tecnologias como o computador, o celular e a Internet. O Cetic.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A amostra da entrevista conta com 23.292 domicílios e 20.688 indivíduos respondentes, com 10 anos ou mais. A metodologia utilizada consiste em entrevista face a face (CAPI), o período de coleta entre junho e outubro de 2022, com o objetivo de medir posse, uso, acesso e hábitos da população brasileira em relação às TDICs (NÚCLEO..., 2023).

Com relação aos indicadores de proporção de usuários de internet no Brasil (imagem 1), em 2022 houve uma estabilidade no número de usuários de internet com 10 anos ou mais em relação aos anos mais recentes da pesquisa - 149 milhões. Sobre a frequência de uso, 142 milhões usam a internet todos os dias, 7 milhões tem outras frequências de uso, 36 milhões são não usuários de internet. Quando se trata de analisar sob a perspectiva das classes sociais, as classes A e B usam com maior frequência do que indivíduos da classe C e D/E. Segundo Fabio Storino (2023), isso pode ter relação com o fato de que essas classes têm condições financeiras melhores de possuir dispositivos mais adequados para acessar a internet. Storino (2023), isso também tem relação com as condições de posse de dispositivos próprios.

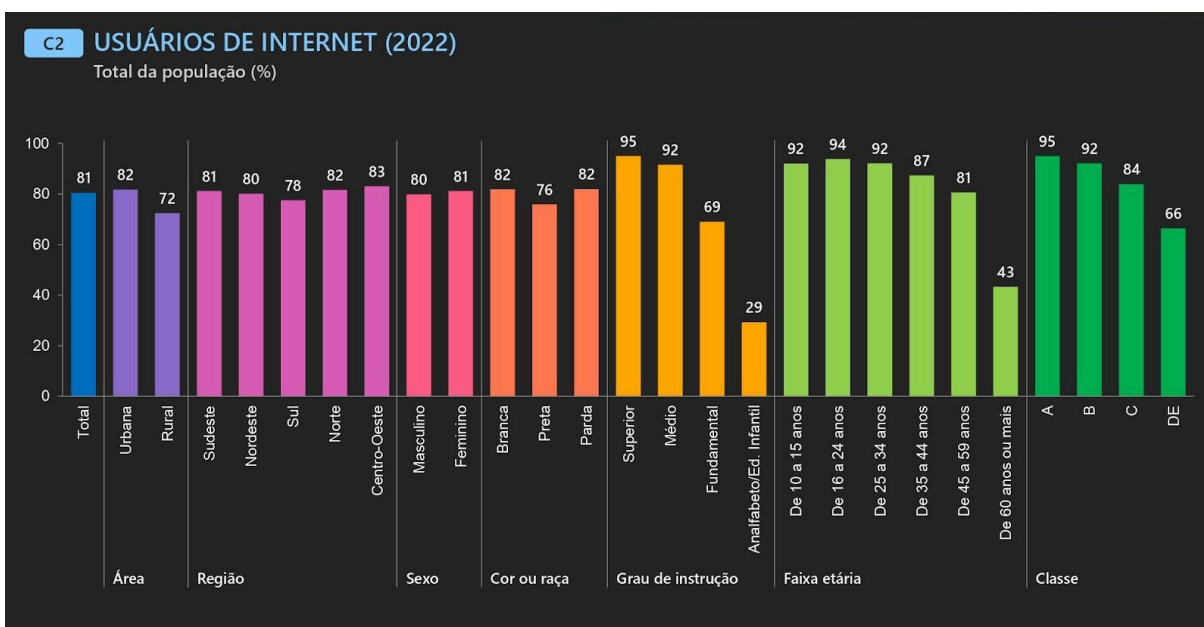
Imagem 1 - Indicadores de proporção de usuários de internet no Brasil



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2022.

Em relação à proporção de usuários em comparação ao total da população brasileira (imagem 2), o valor apresentado na pesquisa é de 81%. É possível analisar esse dado a partir de diversos recortes, como por área (urbana ou rural), regiões do Brasil, sexo, cor e raça. Tais recortes apresentam uma proporcionalidade mais ou menos equilibrada, como é possível verificar na imagem abaixo.

Imagem 2 - Indicadores de total de usuários de internet no Brasil por recorte

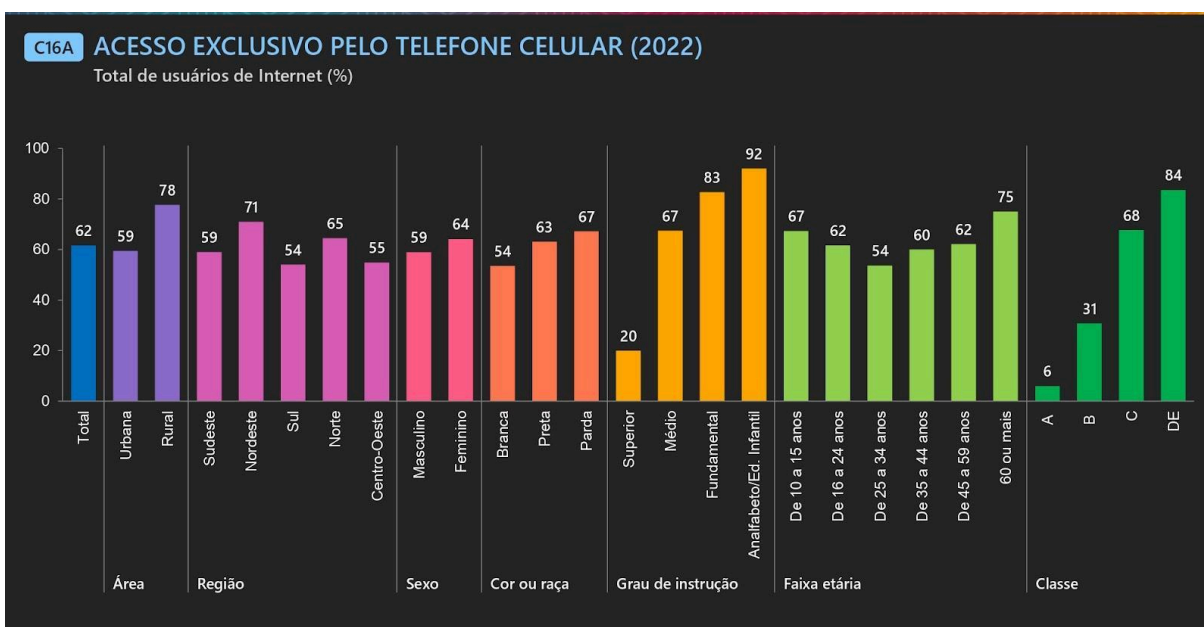


Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2022.

O que vale destacar, entretanto, são aqueles que apresentam maiores disparidades, a começar pelo grau de instrução: indivíduos com ensino superior (95%) e médio (92%) acessam mais a internet do que aqueles que possuem apenas o ensino fundamental (69%) ou são analfabetos (29%). Já no que diz respeito à faixa etária, o percentual gira em torno de 92% em pessoas que possuem entre 10 e 34 anos contra 43% naquelas que têm mais de 60 anos, o que no período da pandemia se mostrou uma questão bastante crítica pelas dificuldades de acesso à informação do grupo com maior risco de contaminação. Por fim, no recorte de classe social, as classes A (95%) e B (92%) apresentam mais usuários do que as classes C (84%) e D/E (66%).

No que tange ao acesso à internet exclusivamente pelo celular (imagem 3), o total apresentado é de 62% da população. Entre os recortes que mais chamam a atenção pelo nível de desigualdade no acesso, estão o grau de instrução, onde existem 92% de analfabetos acessando exclusivamente pelo celular contra apenas 20% de pessoas com ensino superior; e a classe social em que 84% das pessoas da classe D/E contra 6% da classe A.

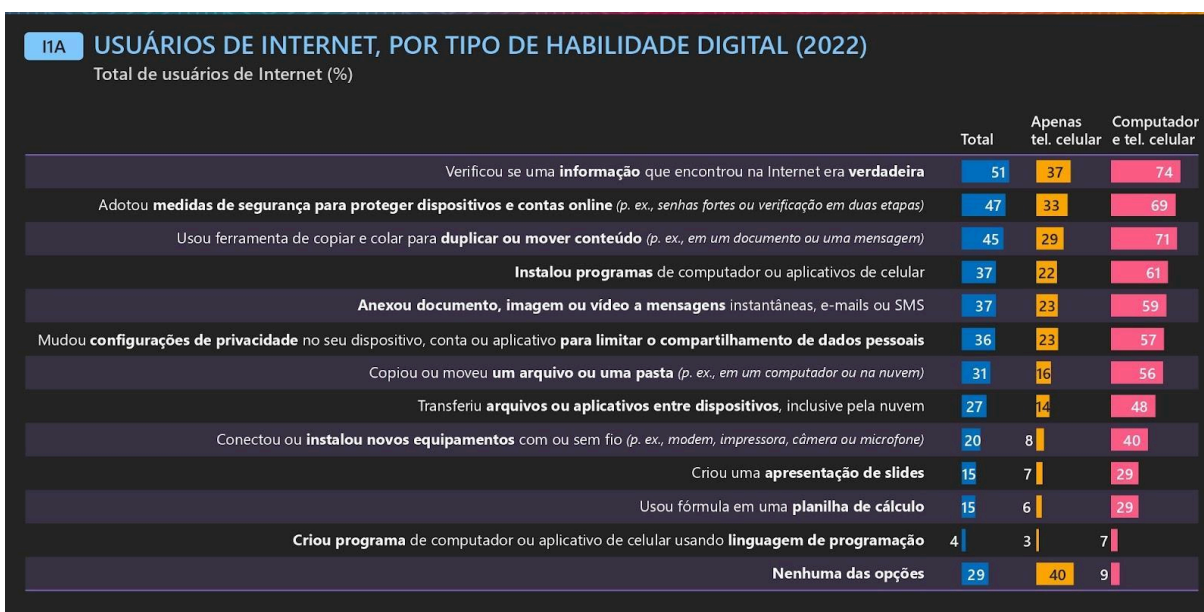
Imagem 3 - Indicadores de acesso à internet exclusivo pelo celular



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2022.

No que diz respeito aos indicadores sobre habilidades digitais reportados pelas pessoas entrevistadas (imagem 4), os dados apresentados mostram que foram identificadas não só aquelas com aspectos utilitários (criar conteúdos, desenvolver planilhas, mover arquivos etc), mas também aquelas que apresentam aspectos críticos, como verificação de informações, medidas de segurança para dispositivos e proteção de dados pessoais. Um ponto importante a ser observado é que o nível de habilidade digital é maior quando os usuários acessam por múltiplos dispositivos - não apenas pelo telefone celular.

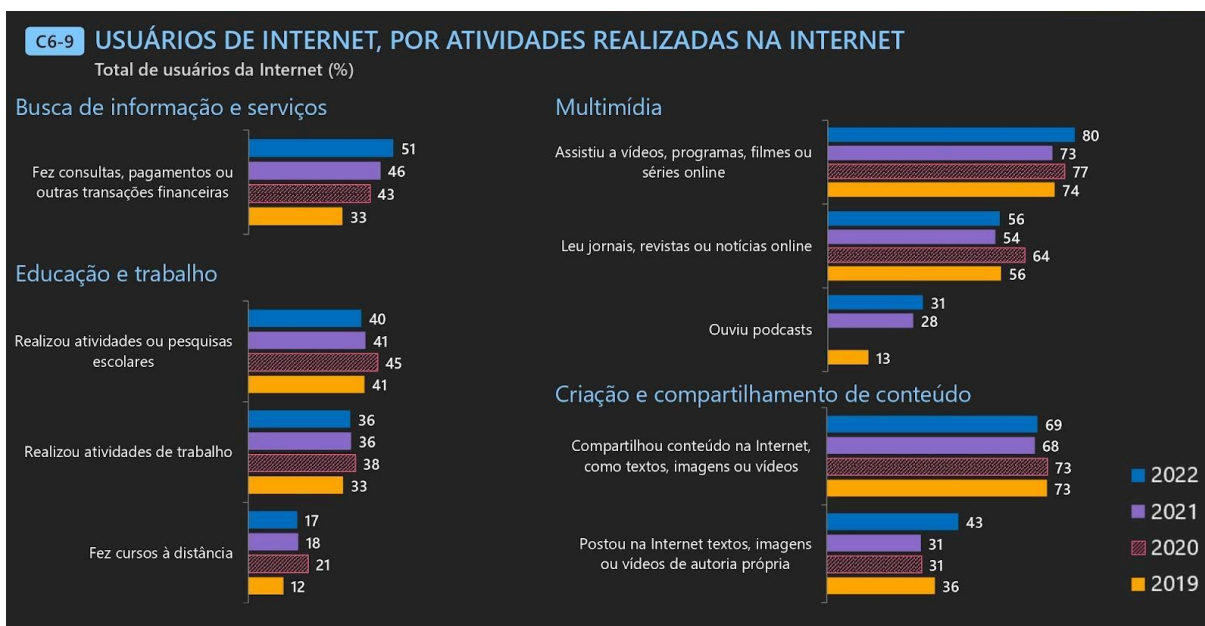
Imagem 4 - Indicadores de habilidades digitais



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2022.

Sobre os tipos de atividades desenvolvidas online (imagem 5), é possível observar que as categorias envolvem busca de informações e serviços, educação e trabalho, multimídia e criação e compartilhamento de conteúdo. Em busca de informações e serviços, a atividade que mais se destacou na pesquisa foi aquela relacionada a transações financeiras (51%). Sobre educação e trabalho, os destaques são para atividades escolares (40%), atividades de trabalho (36%) e cursos à distância (17%). Já no que trata de recursos multimídias, o ranking é: assistir a vídeos, programas, filmes ou séries online 80%; ler jornais, revistas ou notícias online 56%; e ouvir podcasts 31%. Acerca da criação e compartilhamento de conteúdo, 69% das pessoas compartilharam conteúdo na Internet, como textos, imagens ou vídeos; e 43% postaram conteúdos de autoria própria. Vale salientar que a pesquisa não contemplou atividades relacionadas ao livro e a leitura de maneira a relacioná-las com as bibliotecas. Somente foi abordada de forma incipiente na categoria educação e trabalho, através da atividade de baixar livros digitais, em que 13% dos respondentes afirmaram que sim, contra 87% que não executaram tal atividade.

Imagem 5 - Indicadores de atividades realizadas na internet



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2022.

A pesquisa apresenta diversos outros indicadores importantes, como de comércio eletrônico e tipos de serviços consumidos online, mas para que a apresentação dos dados não seja exaustiva, foram selecionados apenas aqueles que podem ajudar a repensar o papel da biblioteca pública no regime informacional contemporâneo.

Um ponto importante, mostrado como diretriz na análise dos indicadores de habilidades digitais, é o conceito de conectividade significativa (UMC - universal and meaningful digital connectivity). O termo compreende duas dimensões da conectividade: que o acesso precisa ser universal, ou seja, ao maior número de pessoas possível, somado à qualidade da conectividade (velocidade de conexão, diversidade de dispositivos, desenvolvimento de habilidades, etc). “Nem básica para muitos; nem significativa para poucos: significativa para todos” (NÚCLEO..., 2023). Sobre isso, na coletiva de imprensa do lançamento do estudo, ocorrida em 16 de maio de 2023 no canal do youtube do NIC.br, a coordenadora do CGI.br, Renata Mieli (2023, 7:06 min.), aponta que o fato da maioria das pessoas que usam a internet no Brasil terem acesso exclusivamente pelo celular, demonstra uma limitação no uso adequado de todas as ferramentas que a internet pode oferecer. Além disso, a pesquisadora ressalta que os indicadores de habilidades digitais mostram que quem checa a informação são aqueles que acessam a internet por múltiplos dispositivos; os indivíduos que acessam exclusivamente pelo celular têm menos capacidade de checar se uma informação é verdadeira ou não. Por isso,

[...] essa pesquisa traz algumas pistas do que o Estado brasileiro, manejando políticas públicas, precisa fazer para que a gente possa ampliar o acesso, reduzir a exclusão e melhorar de forma significativa a possibilidade do uso da internet no nosso país (MIELI, 2023, 7:06 min.).

Desse modo, é possível perceber que as mídias sociais desempenham um papel crucial no regime de informação atual. As pesquisas mencionadas destacam o impacto da internet e das plataformas digitais no cenário global e nacional, pois é através dessas plataformas que as pessoas têm acesso a informações, interações sociais e conteúdos diversos. No entanto, é importante considerar que o uso das mídias sociais também reflete desigualdades socioeconômicas e digitais, como evidenciado pelos diferentes níveis de acesso e habilidades digitais entre os usuários. Tal como afirma Pimenta (2017, p.242)

O recurso infor-comunicacional mediado pelas tecnologias digitais e hiperconectadas não somente produzem uma estética singular como viabilizam formas de violências simbólicas, balizadas no que produzimos todos os dias de informação e rastros digitais, de escalas espaço-temporais nunca antes mensuradas.

Assim, tendo em vista que a pandemia da Covid-19 incentivou ainda mais o uso das plataformas digitais de mídias sociais como fonte de informação e conexão social, compreender o regime de informação dessas plataformas requer uma análise que contemple contexto social, político, econômico e cultural, a fim de buscar forma de promover um acesso universal e significativo à conectividade digital. Isso aponta para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os aspectos críticos que tal cenário apresenta, pois é

imprescindível compreender o que de fato impede que a realidade seja mais favorável ao desenvolvimento da sociedade.

2.3.2 Regimes de informação das plataformas de mídias sociais digitais e do Instagram

Com a finalidade de compreender a dinâmica informacional presente nas principais plataformas de mídias sociais digitais, principalmente no Instagram, é necessário que antes possamos identificar o *modus operandi* comum a tais regimes de informação. No contexto do regime informacional dominante, Bezerra (2024, p. 53) discorre sobre como os dados produzidos pelos usuários e expropriados pelas diversas plataformas digitais diferenciam o atual regime informacional de outros que o antecederam:

A produção dos dados pelos usuários da internet e o compartilhamento desses dados com as empresas proprietárias dos dispositivos eletrônicos, navegadores e plataformas acessadas - não raro de forma inconsciente e/ou involuntária - são práticas informacionais que caracterizam a *differentia specifica* do regime de informação da era digital em relação aos modos de produção e circulação da informação que lhe precederam (Bezerra, 2024, p. 53).

Além disso, a infraestrutura tecnológica, construída a partir de uma lógica que prioriza a rastreabilidade dos fluxos informacionais, “[...]permite que as plataformas se tornem o principal ambiente onde ocorrem as atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, com o bônus de poderem registrar os dados e metadados de todas essas atividades”. (Bezerra, 2024, p. 54). Tais fatores dão origem a um dos modelos de negócios mais contundentes da esfera digital: o da publicidade programática, em que os anúncios presentes nessas plataformas apresentam um nível significativo de personalização e são direcionados com os dados expropriados a partir do rastreamento das atividades dos usuários no âmbito desses sistemas. Isso se dá através do que tem sido chamado de vigilância algorítmica.

Sobre a vigilância algorítmica, Bezerra (2019, p.39) explica que, os "efeitos de rede" na internet, em que as pessoas tendem a se conectar de forma intensa e seguirem o mesmo comportamento em um efeito manada, propicia a concentração de mercado em uma única empresa, o que permite o desenvolvimento de monopólios de mercado. Empresas que fazem parte do que comumente tem se chamado acrônimo GAFAM - *Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft* -, como apontado por Pimenta (2022, p. 156), Fiormonte e Sordi (2019, p. 110), que dominam seus setores, servem como exemplos. Isso é diferente de um oligopólio, onde algumas empresas têm a oportunidade de disputarem o mercado de forma um pouco mais equilibrada.

Contudo, tais empresas possuem em suas estratégias comerciais redes de bilhões de usuários e usam seus dados de navegação para obter lucro através de publicidade

personalizada. No contexto das plataformas digitais, os algoritmos se aproveitam dos dados pessoais coletados durante a navegação para prever os interesses de cada usuário e direcionar melhor suas publicidades:

[...] tais fórmulas matemáticas procuram, através dos dados pessoais coletados durante navegações prévias dos usuários, prever que tipo de informação será do interesse de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, utilizar essas mesmas informações para direcionar publicidade para esse usuário (Bezerra, 2019, p. 39).

O mecanismo envolve uma prática de monitoramento, que é conhecida como vigilância digital, que se torna, segundo a pesquisadora Shoshana Zuboff (2020, p. 18), um novo modelo de negócios das empresas de tecnologia que usam a vigilância em massa para monitorar e extrair informações íntimas e pessoais dos indivíduos, criando um sistema de controle e poder sem precedentes a partir da exploração mercadológica dos dados pessoais dos usuários. Tal modelo é uma nova forma de capitalismo, que a autora chama de "capitalismo de vigilância":

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como *superávit comportamental* do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como inteligência de máquina e manufaturados em produtos de predição, que antecipam o que determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco ou mais tarde (Zuboff, 2020, p. 18-19).

Como efeito, a extensa vigilância e monitoramento de dados e metadados de cidadãos pelo governo, assim como de consumidores pelas empresas, atinge a privacidade, a intimidade e a inviolabilidade das informações pessoais dos indivíduos que navegam na internet. Um ponto importante é que a vigilância em redes digitais é realizada de forma distribuída, incorporada em vários dispositivos, serviços e ambientes que usamos diariamente. Esses sistemas monitoram uma variedade de dados descentralizados, sem hierarquia e com propósitos, funções e significados diversificados em diferentes setores. Por isso, são práticas entranhadas na vida cotidiana de todos os indivíduos que utilizam essas plataformas.

Dentro dessa mesma lógica e modelo de negócio, um outro aspecto comum nos regimes de informação das plataformas digitais é a mediação algorítmica da informação, que se refere ao processo pelo qual algoritmos desempenham um papel central na seleção, organização e disseminação de informações no ambiente digital. Tal conceito abrange tanto a filtragem e priorização de conteúdos, quanto a recomendação personalizada com base em dados monitorados e expropriados do comportamento dos usuários on-line. Assim como esclarece Bezerra (2024, p. 65),

[...] um algoritmo é simplesmente uma instrução ou um conjunto de instruções que visam a uma finalidade determinada, ou seja, um método, para se resolver um problema ou se chegar a um resultado pretendido. Atende, portanto, a toda tomada

de decisão que possa ser expressa em linguagem matemática.

Os sistemas de de recomendação algorítmica das plataformas digitais se baseiam na coleta de dados, obtidos a partir da vigilância, para identificar padrões de comportamento, gostos, preferências e necessidades dos usuários, a fim de criar perfis de interesse através de práticas como a filtragem de conteúdos e a recomendação personalizada. Assim, os algoritmos criam um ambiente informacional que prioriza conteúdos alinhados aos interesses e comportamentos previamente detectados. Conforme colocado por Amarante e Medeiros (2021, p. 624):

Esse conjunto de informações que disponibilizamos dão ao algoritmo a possibilidade de identificar padrões, aprender e fazer inferências sobre nós. Esses dados são insumo e produto do novo capitalismo, utilizados pelas empresas e governos. As informações são utilizadas como forma de conhecer nossos gostos, preferências, bens, estilo, posição política, entre outros, para que então seja traçado nosso perfil e, a partir daí, sejam desenvolvidos algoritmos capazes de regular nossos acessos e nossas escolhas.

Nesse sentido, uma das principais críticas sobre a lógica de mediação algorítmica das plataformas digitais está presente no “efeito bolha”, que limita a exposição a visões divergentes e restringe o pluralismo informacional, comprometendo a diversidade no debate público, pois “[...] cria um universo de informações exclusivo para cada um de nós que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações” (Parisier *apud* Sena; Nunes, 2023, p.8). Além disso, tais mecanismos funcionam sob critérios de relevância pré-determinados, que não são completamente divulgados pelas plataformas:

A opacidade dos critérios de invisibilidade é regra na chamada ‘sociedade da caixa-preta’ (black box society), em que empresas comerciais tentam manter uma vantagem sobre seus concorrentes classificando seus sistemas de recomendação e suas práticas de mediação algorítmica da informação como inovações ‘proprietárias’ ou ‘confidenciais’ (Bezerra, 2024, p. 67).

Um outro aspecto crítico que se destaca nesse contexto é a pretensa atuação neutra dos algoritmos, uma vez que “[...] a mediação algorítmica é tomada como intrincada em uma totalidade social comandada por um modelo econômico que é, ao mesmo tempo, causa e efeito do seu uso social” (Azen; Bezerra; 2023, p. 4). Tais fatores põem em xeque a confiança em uma possível neutralidade desses algoritmos, haja vista os interesses comerciais das plataformas, que buscam aumentar vertiginosamente seus faturamentos a partir da exploração dos dados e da atenção de seus usuários. A respeito dos critérios de relevância e valor do Google e seu impacto na construção social do conhecimento, Azen e Bezerra (2023, p. 4-5) asseveram que:

[...], tais sistemas vêm sendo largamente naturalizados no ‘suposto papel de guias precisos e seguros para os usuários sobre as informações de que precisam’, por uma ‘falsa ideia de neutralidade’. A lembrança de que estão a serviço das companhias

que as criaram, e operam segundo um modelo de negócio, parece um eco sem aderência social, diante da enorme gama de facilidades oferecidas.

Já sobre os dados comportamentais, Zuboff (2020, p. 19) ainda esclarece:

Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala.

Dessa forma, a mediação algorítmica evidencia a intrincada relação entre os algoritmos e o modelo econômico dominante, expondo o papel das plataformas digitais na perpetuação de critérios de relevância e valor orientados por interesses que nutrem o capitalismo de vigilância. Este fenômeno resulta em uma homogeneização das experiências informacionais e na limitação de possibilidades de emancipação crítica dos indivíduos, pois ao moldar comportamentos e determinar acessos, os algoritmos não apenas mediam a informação, mas também redefinem as estruturas sociais de poder e conhecimento, reforçando as desigualdades subjacentes no regime de informação hegemônico.

Ademais, a lógica de vigilância, expropriação de dados e mediação algorítmica da informação pelas plataformas digitais, dão espaço, por consequência, a fenômenos recorrentes no atual regime de informação dominante, como desinformação, disseminação de *fake news*, negacionismo científico e histórico, discursos de ódio, infodemia e pós-verdade - que no ambiente digital tomam proporções sem precedentes. Conforme pontua Schneider (2022, p. 122):

[...] um ambiente inicialmente visto e explorado como espaço de comunicação livre e não mediada pelo crivo dos oligopólios midiáticos torna-se refém da mediação subterrânea dos proprietários dos algoritmos de vigilância e da consequente indução de navegação, conduzindo à formação de bolhas identitárias cujos corações, mentes e bolsos passam a ser acirradamente disputados por grupos políticos e econômicos diversos, mediante o desenvolvimento das mais eficientes estratégias de microtargeting, propaganda programática etc.

Tais questões demandam uma atenção especial e, portanto, serão melhor discutidas no final desta subseção, uma vez que é de comum acordo de diferentes pesquisadores da CI que tais fenômenos afetam a sociedade de maneira significativa.

Já no que tange ao regime de informação do Instagram, objeto de estudo dessa pesquisa, cabem algumas considerações a respeito da história e funcionamento da plataforma. O Instagram é uma plataforma digital de compartilhamento de imagens e vídeos, lançada em 6 de outubro de 2010 pelos americanos Kevin Systrom e Mike Krieger (Marques, 2023). Projetada inicialmente para compartilhamento de fotos em ordem cronológica, a aplicação ganhou popularidade devido à sua interface intuitiva e com foco na estética visual, sendo

bastante aderida tanto por profissionais da fotografia e design gráfico, como por pessoas comuns que queriam compartilhar imagens da vida cotidiana. (MLABS, 2023) . Adquirida pelo Facebook (atual Meta) em 2012, consolida-se hoje como uma das redes sociais mais relevantes globalmente ao acumular cerca de 2 bilhões de usuários ativos, configurando em 4º lugar no ranking mundial de plataformas de mídias sociais mais utilizadas e em 1º lugar como a plataforma favorita dos usuários de redes sociais (We Are Social; Meltwate; 2024). Isso faz com que o Instagram desempenhe um papel central na formação de tendências culturais, na comunicação de organizações e profissionais e na auto expressão dos indivíduos, sendo um dos principais espaços de interação no ecossistema das mídias sociais.

A respeito do regime de informação do Instagram e de suas especificidades em relação à mediação algorítmica da informação, vale destacar que existem diversos aspectos que podem ser destrinchados, ao tomar como base as políticas da plataforma, tais como: privacidade e segurança; normas da comunidade; experiência de compras; acessibilidade etc. No entanto, o enfoque do presente estudo concerne aos critérios de relevância e valor dos conteúdos publicados por usuários da plataforma. No que tange a esse aspecto, apesar do Instagram não apresentar uma política que explicita o funcionamento dos algoritmos, foram encontrados materiais de referência desenvolvidos pelo diretor da plataforma, Adam Mosseri. Em um artigo publicado no próprio site o CEO da plataforma explica que “o Instagram não tem um algoritmo único que define o que as pessoas veem ou não no app. Na verdade, utilizamos vários algoritmos, classificadores e processos, cada um com um propósito” (Mosseri, 2023). Isso significa que cada canal de conteúdo do aplicativo - stories, feed, reels e aba explorar - possui um algoritmo único para mediar a informação com base em critérios de relevância e valor preestabelecidos diferentes para cada formato. O ranqueamento dos perfis e dos tipos de conteúdos que serão mostrados preferencialmente a uma pessoa são determinados pela forma como cada usuário interage com cada um dos respectivos formatos de conteúdos (Mosseri, 2023).

A classificação dos posts para feed e stories, segundo Mosseri (2023), se baseia na análise preditiva do interesse, que utiliza o histórico de interações do usuário para estimar a relevância das postagens de contas que ele segue e com as quais ele interagiu anteriormente. Esse processo, sustentado por tecnologias de aprendizado de máquina, reflete o foco da plataforma em maximizar o engajamento e o tempo gasto, ao exibir preferencialmente conteúdos com o maior potencial de atenderem às expectativas ou gostos do indivíduo. Em seguida, existe uma categorização de informações, chamadas sinais, que no feed e nos stories são hierarquizadas conforme os critérios de relevância e valor descritos na tabela abaixo:

Tabela 1: Critérios de valor e relevância do Instagram (feed e stories)

Categoria	Critério de valor e relevância
Informações sobre a publicação	abrangem a popularidade de uma publicação (nível de interações recebidas) e informações mais concretas sobre o conteúdo, como data e hora de publicação, tempo de duração em casos de vídeos e localização.
Informações sobre a pessoa que publicou	nível de interesse pelo conteúdo publicado por contas seguidas, com base no número de vezes que os usuários interagiram com essa conta nas últimas semanas.
Atividade na plataforma	análise preditiva de interesse, com base, por exemplo, no número de publicações que a pessoa curtiu.
Histórico de interação com uma conta específica	nível geral de interesse por publicações de uma conta específica.

Fonte: Mosseri (2023).

Além disso, a frequência de uso do aplicativo também exerce influência significativa, determinando como o algoritmo organiza as prioridades: para usuários com acesso menos constante, o feed é curado de maneira a destacar os conteúdos considerados mais relevantes, com base na análise agregada de comportamentos anteriores. Com base nisso, Mosseri (2023) assevera que:

No feed, as cinco interações que mais consideramos são a probabilidade de você ver uma publicação por alguns segundos, fazer um comentário nela, curtir-la, recompartilhá-la e tocar na foto do perfil do autor dela. Quanto maior a probabilidade de você realizar uma ação e maior a importância que atribuímos a ela, a chance de uma publicação aparecer no topo do seu Feed aumenta. De tempos em tempos, adicionamos e removemos sinais e previsões para exibirmos cada vez mais apenas conteúdos de seu interesse.

Já o algoritmo da aba explorar tem como finalidade expor o usuário a conteúdos de contas desconhecidas por ele, com base também em um sistema de recomendação. Ainda segundo Mosseri (2023), tal sistema se baseia tanto em publicações que despertaram interesse e geraram mais interações, quanto em perfis de usuários com interesse similares. A partir de uma análise preditiva, o algoritmo avalia padrões comportamentais de usuários com gostos semelhantes, sugerindo publicações que atraiam outros com interações parecidas. Dois outros aspectos contemplados são as datas de publicação dos posts, com prioridade aos posts mais recentes; tempo gasto ao consumir determinado conteúdo (que tem a ver com a retenção da atenção dos usuários); e a popularidade do conteúdo, com base nas métricas de interação e ponderados em relação ao público-alvo. De acordo com Mosseri (2023), “a melhor forma de saber a relevância de algum assunto é prever a probabilidade de você interagir com a

publicação sobre ele”. Com isso, os sinais de maior relevância para o algoritmo são, em ordem aproximada de importância:

Tabela 2: Critérios de valor e relevância do Instagram (aba explorar)

Categoria	Critério de valor e relevância
Informações sobre a publicação:	abrangem a popularidade de uma publicação (número de interações recebidas), bem como a quantidade e a velocidade de curtidas em uma publicação.
Histórico de interação com a pessoa que fez a publicação:	nível de interesse pelo conteúdo publicado com base em interações anteriores, mesmo sendo de uma conta desconhecida.
Atividade na plataforma	análise preditiva de interesse, com base nas publicações com as quais o usuário interagiu, bem como as interações anteriores feitas em publicações da aba explorar.
Informações sobre a pessoa que publicou:	nível geral de interesse por publicações desta conta nas últimas semanas.

Fonte: Mosseri (2023).

Por fim, o algoritmo do reels é bem semelhante ao da “aba explorar”, no que tange à criação de perfis de interesses similares e exposição a contas desconhecidas pelo usuário. No entanto, Mosseri (2023) afirma que nos reels a prioridade são conteúdos de cunho cômico ou classificados pelas pessoas como interessante, mediante pesquisas. Com base nisso, o algoritmo busca disseminar preferencialmente reels semelhantes de contas pouco conhecidas. Nesse formato, os aspectos mais importantes são o tempo de retenção, curtidas, comentários específicos sobre o quanto o vídeo é engraçado ou interessante e acesso à página de áudios, que indicaria que o usuário tem interesse em criar um conteúdo próprio. Os sinais que mais importam para o algoritmo são, em ordem aproximada:

Tabela 3: Critérios de valor e relevância do Instagram (reels)

Categoria	Critério de valor e relevância
Informações sobre o reels:	aspectos técnicos sobre o conteúdo do vídeo, como a faixa de áudio, a qualidade do vídeo quanto à resolução e à exibição em tela cheia, bem como o número de interações.
Histórico de interação com a pessoa que fez a publicação:	nível de interesse pelo tipo de reels publicado com base em interações anteriores, mesmo sendo de uma conta desconhecida.

Atividade na plataforma	análise preditiva de interesse, com base nos reels com os quais o usuário interagiu recentemente.
Informações sobre a pessoa que publicou:	nível geral de interesse e popularidade, para identificar reels interessantes de diversas contas diferentes, a fim de que essas contas possam estar em contato com o público ideal para os seus conteúdos.

Fonte: Mosseri (2023).

Mosseri (2023) ainda ressalta que “[...] há outros motivos pelos quais evitamos recomendar reels, como baixa resolução ou marca d'água. Além disso, evitamos recomendar reels sem som ou com bordas, reels que são majoritariamente textos ou que focam temas políticos”. Recentemente, em um vídeo publicado em seu perfil no Instagram, Adam Mosseri explicou o quanto a taxa de visualização dos conteúdos, sobretudo dos reels, teria o potencial de fazer com que o algoritmo distribua o vídeo para mais pessoas (Mosseri, 2024).

Em contrapartida, sob o método dialético proposto por Bezerra (2024), que se baseia na análise das contradições para compreender os mecanismos pelos quais operam os regimes de informação, o funcionamento do Instagram revela dinâmicas paradoxais que refletem as tensões inerentes ao regime informacional dominante. Por um lado, a plataforma utiliza algoritmos avançados para personalizar a experiência do usuário, organizando o fluxo de informações com base em interesses individuais e históricos de interação. Tal prática promove uma experiência aparentemente democrática e personalizada, na qual cada usuário tem acesso a conteúdos sob medida, o que pode ser interpretado como uma ampliação do acesso à informação e uma forma de disseminação seletiva de conteúdos. No entanto, esse modelo opera ao mesmo tempo sob uma lógica de controle que prioriza a manutenção da atenção e do consumo dos usuários, em detrimento de maior autonomia informacional. Isso significa que gostos e preferências são moldados sob uma racionalidade instrumental, que privilegia o que é mais popular por ter o potencial de gerar um maior número de interações e maior nível de retenção da atenção dos usuários, para que permaneçam mais tempo na plataforma.

Torna-se também evidente que o "efeito bolha", no qual a mediação algorítmica filtra informações que reforçam as preferências preexistentes do usuário e limita a exposição a perspectivas divergentes. Embora o Instagram seja amplamente utilizado como ferramenta de conexão e acesso à diversidade cultural, seus algoritmos promovem um isolamento e um eco informacional, comprometendo os valores do pluralismo e do debate público. Essa prática, enquanto beneficia a monetização da plataforma por meio da economia da atenção e da publicidade programática, restringe a formação crítica dos indivíduos ao passo que fomenta a homogeneização cultural e social, em oposição à diversidade e à pluralidade de ideias.

Assim, como uma avalanche de fenômenos sociais inter-relacionados, derivados da forma como as tecnologias das plataformas digitais medeiam a informação, surgem neste contexto novos objetos de estudo para a CI. De acordo com Araújo (2021, p. 3), o contexto atual da informação é representado por diversos conceitos que enfatizam aspectos particulares ou abordam uma dimensão específica do problema. O primeiro conceito a ser compreendido é o da desinformação, que se refere à disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas, com o objetivo de influenciar a opinião pública, promover determinadas ideias ou manipular as crenças das pessoas. Conforme Araújo (2021, p. 6) o termo desinformação tem sido utilizado na atualidade em dois sentidos. O primeiro se refere às técnicas sofisticadas de criação de mentiras, e, portanto, à dimensão estratégica e intencional da produção da falsidade. Isso implica na identificação dos grupos que produzem e espalham notícias falsas, testemunhais falsos e discursos de ódio, selecionando os canais mais adequados para cada um deles, combinando os discursos para complementar as narrativas e identificando os opositores que precisam ser neutralizados. Outro sentido em que o termo desinformação é empregado tange aos efeitos dessas ações, que geram um estado de caos, confusão e dúvida em amplas parcelas da população que precisam e/ou procuram informações para formar suas opiniões e tomar decisões.

A desinformação pode ser veiculada em diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, televisão, mídias sociais, blogs, entre outros. Isso pode se manifestar de diversas formas, como notícias falsas, boatos, rumores, teorias conspiratórias, memes e *deepfakes* e pode ser criada por indivíduos, grupos ou organizações com interesses próprios ou por agentes estatais que buscam influenciar a política de outros países ou desestabilizar democracias. Por isso, Schneider (2022, p. 15) cunha o conceito de desinformação digital em rede (DDR), para representar o conjunto de ações desinformacionais veiculadas no contexto das diversas plataformas digitais de mídias sociais. Embora a desinformação, em seu sentido mais amplo, possa ocorrer em conversas presenciais ou a partir das mídias tradicionais, a DDR se diferencia por seu baixo custo e alcance sem precedentes, fomentado pelas estruturas algorítmicas das plataformas, bem como pela dificuldade de regulamentação técnica e jurídica:

É importante marcar esta especificidade do fenômeno. Porque o custo relativamente baixo de suas operações em comparação com a mídia tradicional (1), seu alcance imenso e customizado (2), somado à escassa e difícil regulação dessas ações em termos técnicos e jurídicos (3) favoreceram a que a DDR se convertesse, em quase toda parte, num elemento muito influente da superestrutura ideológica emergente no âmbito da infraestrutura das redes digitais e, ao mesmo tempo, em investimento (marginal?) na mesma (Schneider, 2022, p. 16).

Isso pode ter graves consequências para a sociedade, como a propagação de ódio, a polarização política, a descrença nas instituições democráticas, a desinformação sobre questões de saúde pública e a disseminação de teorias da conspiração perigosas. Por isso, é fundamental que as pessoas estejam conscientes da possibilidade de desinformação e saibam como verificar a veracidade das informações que recebem, buscando fontes confiáveis e utilizando o pensamento crítico.

Nesse sentido, um outro conceito que merece destaque é o de *fake news*. Schneider (2019, p. 74) define o termo como “informações mentirosas de aparência jornalística que impregnam essas redes, em escala ao mesmo tempo massiva e ultra direcionada, com o intuito de favorecer determinados grupos de poder”. Já Araújo (2021, p. 4) explica que *fake news* significam em tradução literal notícias falsas e possuem como elementos característicos a falsidade intencional e a aparência de discurso jornalístico - desde a estrutura textual até o apoio em especialistas. A força das *fake news* se fundamenta em uma conduta específica das pessoas de não checarem a confiabilidade das informações que recebem e compartilham nas plataformas digitais de redes sociais - quer seja por incapacidade, quer seja apenas por desinteresse.

O terceiro conceito é o de testemunhal falso que, segundo Araújo (2021, p. 4-5), se baseia na descredibilização de instituições - como universidades, escolas, cientistas, veículos jornalísticos, organizações internacionais - ao tecer argumentos sem fundamentos críveis e de cunho conspiratório. Araújo explica ainda que os testemunhais falsos são criados por pessoas comuns que usam uma linguagem informal, cometem erros gramaticais e usam filmagens amadoras, enquanto defendem essas ideias como uma virtude. A simplicidade e o aspecto cotidiano são usados como critérios de legitimidade e credibilidade, em oposição às instituições consideradas manipuladoras. A força do relato, a emoção do narrador e a importância dos fatos apresentados contribuem para a força narrativa dessa forma de informação. Alguns fatores que contribuem para o surgimento dessa modalidade informativa incluem a cultura do amadorismo, a falsa equivalência e a desintermediação da informação.

Outro conceito a ser considerado nesta discussão é o discurso do ódio, que se apoia na discordância para inflamar emoções como medo, ressentimento e ódio em relação a determinados indivíduos, grupos sociais, posicionamentos políticos etc. Araújo (2021, p. 5) esclarece que:

[...] nesta modalidade, os fatos mencionados podem ser verdadeiros ou não, a intenção é colocar as pessoas em estado de guerra – mas é justamente essa condição emocional que predispõe as pessoas a deixarem de lado a busca da verdade em prol do objetivo mais urgente de vencer a discussão a qualquer preço.

Cabe ainda abordar dois conceitos ligados à negação da realidade, como o negacionismo científico e o negacionismo histórico. A respeito do negacionismo científico, Kropf (2022, p. 420) diz que:

Sua definição se dá por seu caráter intencional e articulado de produzir e disseminar desinformações e dúvidas por meio de estratégias organizadas com o objetivo de contrariar evidências e alegações consensualmente reconhecidas pela comunidade científica. O negacionismo constitui-se como projetos atrelados a interesses extracientíficos.

Já a respeito do negacionismo histórico, é importante nos remeter também a uma outra estratégia reconhecida como “revisonismo ideológico”. Napolitano (2022, p. 455) explica que o termo se refere à prática de colocar em xeque consensos científicos como parte de entraves político-ideológicos, para manipular argumentos e torná-los favoráveis às ideologias dos revisionistas. Nesse ínterim, Napolitano (2022, p. 455) assevera que:

Assim como o historiador estuda processos de memória, que não se confundem com o conhecimento histórico embora possa dialogar com ele, também deve-se estudar o negacionismo, definido como uma fração da opinião pública, restrita a grupos diretamente envolvidos em temas sensíveis, que nega um fato histórico e suas evidências.

Nesses contextos, portanto, certos grupos agem de forma estratégica para desacreditar descobertas científicas e fatos históricos quando estes vão de encontro às suas crenças, valores tradicionais e ideologias, a fim de manipular a opinião pública em direção aos seus interesses políticos.

É necessário tratar também do recente conceito de infodemia, que ganhou projeção no contexto da pandemia da COVID-19. Conforme Melo e Santana (2022, p. 26), “a infodemia é entendida pelo aumento na quantidade e variedade excessiva de informações de diferentes qualidade e credibilidade – falsas, imprecisas, baseadas em evidências ou fora de contexto.” Já Schneider (2022, p. 77) a descreve como “uma situação em que todas as modalidades de desinformação atuam em escala pandêmica, como vimos nos últimos dois anos”. Portanto, o termo infodemia faz alusão à maneira intensa e veloz como esses tipos de informações se propagam com o auxílio das tecnologias digitais de comunicação, principalmente no ambiente das plataformas de mídias sociais, tal como um vírus com grande potencial pandêmico. Araújo (2019, p. 6) diz que “a associação dos termos ‘informação’ e ‘pandemia’ é, pois, uma caracterização patológica da dimensão informacional” dentro desse fenômeno.

Surge então nesta conjuntura um fenômeno que merece atenção, que diz respeito ao conceito de pós-verdade. Araújo (2021, p.) e Schneider (2019, p. 74) explicam a pós-verdade como um termo usado para descrever situações em que as emoções e crenças pessoais têm mais influência na formação de opiniões do que os fatos objetivos. É um fenômeno em que as

peças tendem a aceitar informações que confirmam suas crenças e rejeitam informações que não se encaixam em suas perspectivas. Tudo isso se potencializa por meio da infodemia e seus reflexos, bem como da proliferação das redes sociais e da mídia digital, onde as informações circulam rapidamente, muitas vezes sem passar por verificações de fatos ou revisão crítica. A pós-verdade se tornou uma preocupação especialmente em questões políticas, em que as pessoas muitas vezes escolhem um lado com base em suas crenças e preferências pessoais, em vez de fatos objetivos ou evidências científicas. Isso pode levar a decisões e políticas públicas mal informadas, bem como a uma erosão da confiança nas instituições e na ciência. Portanto, é de suma importância entender como as pessoas buscam, acessam e avaliam informações, bem como essas informações são produzidas e compartilhadas. Isso inclui examinar a dinâmica da pós-verdade e explorar estratégias para mitigar seus efeitos negativos na sociedade.

Por fim, a atuação da biblioteca pública na distribuição social do conhecimento parte da reflexão sobre como ela pode contribuir com atores sociais integrantes da comunidade que buscam servir, a partir da mediação e desenvolvimento de competências técnicas e críticas em informação, ao levar em conta uma perspectiva dialógica entre biblioteca e sociedade. Se considerarmos que a internet e as plataformas digitais de mídias sociais se apresentam como espaço social, que ao fazer parte do cotidiano da maior parte dos sujeitos sociais traz em seu escopo práticas e *habitus* distintos, é possível sugerir que as bibliotecas públicas se façam presentes nesse espaço, a fim de continuarem a exercer a sua função social na dinâmica dos regimes de informação das plataformas digitais. Essa presença se mostra ainda mais necessária quando consideramos os aspectos críticos e o papel que as bibliotecas têm o potencial de cumprir no enfrentamento desses problemas.

Assim, compreender e abordar esses desafios se mostra fundamental para promover práticas informacionais mais confiáveis, garantir a diversidade de perspectivas e proteger os indivíduos contra os efeitos prejudiciais desses fenômenos. A reflexão crítica e o engajamento em ações que promovam a transparência, a responsabilidade e a ética no uso das plataformas digitais são essenciais para enfrentar esses problemas. Dessa forma, busca-se no escopo da teoria crítica da informação o arcabouço teórico-metodológico fundamental para compreender o lugar que a biblioteca pública pode ocupar no atual regime de informação.

Tal reflexão parte da compreensão sobre a razão histórica da existência da biblioteca pública enquanto entidade que atua no que Berger e Luckmann (2022, p. 66) definem como distribuição social do conhecimento. No que tange ao conceito de informação, Capurro (2014, *apud* Araújo, 2018, p. 83) sugere que a ação humana sobre o mundo produz diferentes

registros materiais, o que o autor chama de in-formar - dar forma a uma ideia ou algo. No entanto, para que o ser humano consiga agir sobre o mundo, necessita recorrer aos registros já produzidos e disponíveis por outros que o antecederam, isto é, ele se in-forma. Daí surge o conceito de informação, tal como pontua Araújo (2018, p. 83): “ é essa ação de produzir registros materiais, que é a informação, que é o objeto de estudo da ciência da informação [...]”. Esta relação dialética do ato de in-formar e se in-formar dos seres humanos faz surgir um considerável acúmulo dos registros materiais de informação, produzindo o que Berger e Luckmann (2022, p. 66) tratam como acervo ou estoque social do conhecimento.

Segundo Araújo (2018, p. 84), a construção desse acervo social do conhecimento, como fenômeno informacional, levanta a questão não só dos processos de produção e acumulação desses registros, mas também das diversas instituições que fazem parte desse ecossistema informacional e têm como função social buscar formas de democratizar o acesso aos registros produzidos, ao atuar na distribuição social desse conhecimento. Nesse sentido, a reflexão sobre o papel das bibliotecas públicas em um mundo dominado pela mediação algorítmica da informação pelas plataformas digitais deriva do seguinte questionamento: de que forma essas instituições podem contribuir na distribuição social do conhecimento, ao passo que ajuda a superar os problemas informacionais decorrentes do uso inadequado dessas tecnologias?

Por fim, o método propõe que seja possível pensar uma realidade que seja mais benéfica à sociedade, a partir de uma práxis transformadora. Para este feito, o estudo pretende buscar no campo das Humanidades Digitais, apoiado no conceito de *habitus* informacional, e suas iniciativas em bibliotecas a inspiração necessária para discutir e propor tais ações.

2.4 Humanidades Digitais e *habitus* informacional

Em um mundo em que a frequente utilização das TDICs moldam as práticas info-comunicacionais em diversos campos da sociedade e influencia de forma significativa na produção e disseminação do conhecimento, emergem novas perspectivas de investigação que buscam responder às demandas que se desenvolvem como consequência desse cenário. O uso comum de ferramentas digitais, como plataformas, softwares e interfaces, tornou-se parte integrante e naturalizada do cotidiano e, conforme Pimenta (2016, p. 21), “[...] tomaram a doxa do homem mediano interferindo profundamente na cultura, na política e nas formas como produzimos conhecimento”. Tal conjuntura permite que novas abordagens no campo das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, como a CI, possam se desenvolver, a fim

de contrapor visões reducionistas e aprofundar o debate acerca das possibilidades de investigação sobre o regime de informação das plataformas digitais.

Posto isso, uma das propostas da presente pesquisa é buscar na abordagem das Humanidades Digitais (HD) um caminho para não só compreender a práxis dos agentes atuantes nessas plataformas, a partir do que já foi visto acerca da mediação algorítmica da informação, mas também refletir a respeito de como as bibliotecas públicas podem atuar nesse contexto de forma a contribuir na superação dos desafios vigentes. As HD constituem um campo interdisciplinar e transdisciplinar de investigação, que une as Ciências Humanas, Ciências Sociais, Letras e Artes - chamadas de humanidades - aos métodos de investigação científica que utilizam como ferramentas as tecnologias digitais. Este campo se caracteriza tanto pela aplicação quanto pela reflexão crítica sobre o uso das tecnologias na produção do conhecimento em humanidades. O Manifesto das Humanidades Digitais define como “[...] uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais” (Thatcamp, 2011). Já Paletta (2019, p. 148), ao tratar as HD como um campo de estudo emergente, explicita que:

Humanidades Digitais pode ser definida como novas formas computacionais de estudos acadêmicos transdisciplinar, que envolvem pesquisa, ensino e publicação colaborativa. Apresenta ferramentas e métodos digitais para o estudo das humanidades com o reconhecimento de que a palavra impressa não é mais o principal meio de produção e distribuição de conhecimento.

Ao propor as HD como uma comunidade de práticas, formada por pesquisadores e atuantes nas diversas áreas do conhecimento ligadas às humanidades, que se apropriam de métodos e ferramentas digitais, Alves (2016, p. 97) esclarece que:

no fundo, as “comunidades de práticas” das Humanidades Digitais seriam uma outra forma de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade centrada agora na efetiva aplicação ou uso de ideias, conhecimentos ou métodos, de cada uma das disciplinas das Humanidades, de forma transversal, por oposição à mera formulação teórica sobre essa aplicação ou uso.

Sob essa perspectiva, Pimenta (2016, p. 22) complementa que “[...] as HD configuram-se, portanto, como uma espécie de campo híbrido não apenas de estudo e pesquisa, mas de ensino e, principalmente de acesso à informação e inovação”. Assim, está posto o caráter interdisciplinar e transdisciplinar das HD, como uma comunidade de práticas composta pelas humanidades e voltada ao compartilhamento de métodos, ferramentas e reflexões que tange à aplicação das tecnologias digitais nas mais diversas frentes de pesquisas.

Nesse sentido, Castro e Pimenta (2017, p. 3) apontam ainda que as HD correspondem a uma demanda atual por tecnologias digitais não só para acessar, como também para

intermediar fontes de informação, que antes estavam apenas disponíveis no formato tradicional. Tal como pontuam os autores:

Dados diferentes, advindos de bases heterogêneas, encontram por mediações tecnológicas possibilidades de produzir informações inter cruzadas. Esse fenômeno aparentemente banal é claramente visível quando observamos campos do conhecimento e suas respectivas pesquisas, cuja configuração tradicional de suas práxis parecia ainda distante de recursos tecnológicos de ponta (Castro; Pimenta, 2017, p. 1).

Portanto, as HD surgem como reflexo dessa demanda por métodos e ferramentas que pudessem ampliar o escopo de investigação das humanidades. Conforme propõe Pimenta (2016, p. 23) “[...] é premente a reflexão sobre o papel das humanidades digitais enquanto expressão desse processo metaestável de construção do conhecimento mediado pela inovação e pela ascensão tecnológica às práxis diversas da investigação em humanidades”. Assim, a essência das HD está na interseção entre computação e as humanidades, que abrange desde a digitalização e análise de dados até o uso de algoritmos para explorar novas possibilidades de pesquisa e ensino. Este campo possibilita não apenas a criação de novas metodologias para o estudo de textos, artefatos culturais e históricos, mas também a crítica e a análise dos próprios sistemas digitais que são utilizados para esse fim. Assim, no âmbito da CI, as HD são vistas como um terreno fértil para o diálogo entre diferentes disciplinas e práticas informacionais, com o objetivo de repensar a relação dos indivíduos com a cultura, a tecnologia e a produção de conhecimento.

Cabe esclarecer também que, entendida como uma comunidade de práticas, as HD não se limitam à esfera científica. Pimenta (2016, p. 22-23) aponta que:

com efeito, o ciberespaço está repleto de espaços sociais que por sua vez reproduzem no universo digital e a partir dele categorias de saber das institucionais, tradicionais e científicas às populares e subterrâneas onde memórias e histórias se mesclam em uma diferente *intelligentsia* composta não unicamente por acadêmicos, mas através de uma nova e plural rede de estamento (no sentido weberiano) menos “duro”, global e em formação contínua.

A respeito disso, Oliveira, Kaya e Roncaglio (2022, p. 4) ressaltam que, ao representarem práticas socioculturais, as HD permeiam a sociedade em rede e os mais diversos contextos de uso das TIDCs. Com base nisso, é possível considerar que o ciberespaço possibilita a criação de novos espaços sociais de organização, mediação e circulação de conhecimento, em que as barreiras tradicionais são atenuadas, ao passo que os saberes são constantemente renovados e transformados em uma dinâmica constante.

Desse modo, cabe a reflexão, sob a perspectiva das HD e do que já foi compreendido sobre regimes de informação, do ciberespaço como campo social, caracterizado por determinadas práticas informacionais integradas à vida cotidiana e que não só afetam, mas

também moldam as instituições culturais e sua relação com a sociedade. Segundo, Pimenta (2017, p. 243)

[...] os canais info-comunicacionais estabelecidos no espaço digital, assim como sua arquitetura, podem compor um lugar “novo” de práticas não tão novas que se reconfiguram em função das demandas de seus atores junto às próprias especificidades sociotécnicas características das plataformas digitais – estas sim, novas – capazes de interferir enquanto canal, ferramenta e até mesmo instrumento de luta no amplo escopo das dinâmicas sociais.

Tal visão se baseia no pensamento de Pierre Bourdieu (1990), que traz à luz o conceito de campo, ao referir-se a um espaço social estruturado de relações objetivas e subjetivas entre os agentes (indivíduos e instituições), em que há relações de poder e disputa por capitais (econômico, cultural, social e simbólico); e o conceito de *habitus* que diz respeito a um conjunto de esquemas mentais, corporais e emocionais que os indivíduos incorporam a partir de suas experiências sociais (disposições internalizadas), orientando suas percepções, ações e comportamentos em determinado campo social. (Martelleto, 2017; Pimenta, 2017). A esse respeito, Pimenta (2017, p. 246) acrescenta que:

ao termos em perspectiva essas novas mídias, nas quais a internet se mostra como campo em que estão distribuídas e classificadas, resta considerarmos como a estrutura social que ali se torna presente, legitimada por meio dos capitais e *habitus* em jogo, pode ser compreendida e mesmo problematizada tendo em vista o novo cenário que se forma no horizonte sociotécnico.

A partir disso, é possível trazer às reflexões pretendidas no campo da CI a ideia de um *habitus* informacional, que segundo Pimenta (2017, p. 255), pode ser visto como:

[...] um *habitus* que marca a inserção em um campo por meio do desenvolvimento e reprodução de competências informacionais, presentes desde a navegabilidade na internet cotidiana, passando pelas práticas comunicacionais via redes sociotécnicas, até as práticas profissionais e científicas de uso da computação em rede.

Assim, o *habitus* informacional se refere às disposições internalizadas que orientam os agentes em suas práticas sociais no contexto do ciberespaço, entendido enquanto campo, com um foco específico no acesso, uso, curadoria e compartilhamento de informações em ambientes mediados por tecnologias digitais. Essa ideia articula as práticas informacionais com as dinâmicas sociotécnicas, que destacam a influência das estruturas tecnológicas na formação dessas disposições. Conforme Pimenta (2017, p. 255),

neste cenário, diferentes agentes sociais passam a integrar e a partilhar de um *habitus* específico que, em constante atualização frente ao avanço tecnológico da sociedade global, de compatibilidade flexível e reestruturante, passa a influenciar nossas formas de ver, de ser e de comunicar em meio a dispositivos tecnológicos transnacionais que são cotidianamente incorporados às nossas práticas.

Logo, no contexto das plataformas digitais de mídias sociais, o *habitus* informacional é moldado pela interação contínua dos agentes entre si e com essas tecnologias, que resultam

em práticas informacionais específicas desses espaços e estão relacionadas de maneira significativa ao regime de informação de cada plataforma. No caso da análise construída sobre os critérios de valor e relevância dos conteúdos produzidos no Instagram, é possível exemplificar como práticas informacionais os seguintes elementos: as habilidades de interação entre os agentes no contexto da plataforma; a escolha dos formatos de expressão e comunicação (textual, audiovisual, imagética), bem como a escolha dos assuntos, das narrativas e dos discursos; a capacidade de compreender e de agir em um campo social mediado pelos algoritmos. A curadoria de conteúdo, a validação social nas redes (que pode ser compreendido como capital social e simbólico) e os algoritmos que mediam a visibilidade da informação desempenham também um papel central na consolidação desse *habitus* informacional, ao demonstrar a interconexão entre práticas individuais e estruturas tecnológicas dominantes. Tais elementos ajudam a formar o *habitus* informacional, que são incorporados pelos agentes de maneira quase inconsciente, refletindo aspectos centrais do regime de informação do Instagram. Assim, o *habitus* informacional como proposto por Pimenta (2017, p. 255), emerge como uma categoria indispensável para compreender as práticas sociais no ambiente digital, em que as interações com as TDICs moldam de forma contínua as disposições e os comportamentos informacionais dos indivíduos.

Cabe, deste modo, reafirmar a centralidade das HD como um campo interdisciplinar e transdisciplinar, que não apenas aplica métodos digitais para a análise das humanidades, mas também reflete criticamente sobre o impacto dessas tecnologias na produção e disseminação do conhecimento. Além disso, a mediação algorítmica da informação, cada vez mais presente no cotidiano e com influência significativa nas práticas informacionais dos indivíduos, emerge como um fator determinante na construção do ciberespaço enquanto campo social. Já o conceito de *habitus* informacional é essencial para compreender como as disposições incorporadas pelos indivíduos são influenciadas pela lógica das plataformas, direcionando suas práticas informacionais de forma quase inconsciente. Nesse sentido, a proposta das HD não é apenas instrumental, mas epistemológica, buscando um entendimento mais amplo sobre as interações entre tecnologia, cultura e sociedade.

Dessa forma, a análise desenvolvida ao longo do capítulo destaca as implicações da mediação algorítmica na construção social do conhecimento, ao evidenciar como as plataformas de mídias sociais digitais moldam a produção, circulação e consumo da informação na sociedade contemporânea. A abordagem fundamentada na teoria crítica da informação revela que os algoritmos, longe de serem entidades neutras, operam dentro de regimes de informação profundamente atravessados por relações de poder, ao reproduzir e

intensificar assimetrias informacionais que se articulam com as dinâmicas econômicas, políticas e sociais. Ao problematizar também os critérios de valor e relevância das plataformas digitais, em especial do Instagram, fica evidente como a lógica do capitalismo de vigilância se apropria dos processos informacionais para consolidar seu *modus operandi*. Cabe ressaltar então que a naturalização da mediação algorítmica ignora as maneiras pelas quais esses sistemas privilegiam conteúdos alinhados a interesses mercadológicos, muitas vezes em detrimento de epistemologias críticas e da pluralidade discursiva.

Nesse contexto, compreende-se que a estrutura informacional vigente não apenas impacta a esfera digital, mas se estende a espaços físicos e institucionais, como as bibliotecas públicas. Essas instituições, reconhecidas simbolicamente como centros de mediação e acesso democrático à informação e ao conhecimento, encontram desafios diante de um ambiente em que a dinâmica informacional se desloca majoritariamente para as plataformas digitais. Assim, a compreensão dos regimes de informação dessas plataformas se torna crucial para entender os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas no cumprimento de sua função social. Por isso, o capítulo subsequente busca analisar como tal contexto impacta as bibliotecas públicas no Brasil, além de refletir de que maneira essas instituições lidam com as novas formas de produção e circulação da informação, bem como quais estratégias podem ser adotadas para reafirmar seu papel social junto à sociedade.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: PANORAMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ATUAL REGIME DE INFORMAÇÃO

Em um mundo em que a problemática informacional toma proporções sem precedentes, operando na forma como as pessoas interagem nas estruturas sociais e constroem suas realidades, cabe repensar o lugar que as bibliotecas, principalmente a biblioteca pública, ocupam nesse contexto. Como reflete Milanesi (2013, p. 23), a ideia mais primitiva de biblioteca se traduz na ação humana concreta de “poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa”. Já Araújo (2023, p. 2) esclarece que:

A origem do conceito da biblioteca pública (biblioteca para o uso de todos os cidadãos) se deu na Europa a partir de um longo processo histórico que reuniu o humanismo renascentista, a invenção da imprensa e a reforma protestante. Em termos da concretização deste conceito, temos que, muito tempo se passou, pois apenas no início do século 19 são criadas bibliotecas como organizações gerenciadas pelo Estado, conforme atualmente são conhecidas e voltadas para todos os cidadãos.

Diante dos desafios impostos, principalmente aqueles que resultam dos regimes de informação das plataformas digitais, como pode a biblioteca pública ir além da disseminação e disponibilização de recursos informacionais, mas também atuar de forma ética e responsável na construção de sentidos sobre a realidade, sobre a informação e sobre sua própria existência e papéis envolvidos, em conjunto com os indivíduos que fazem parte da comunidade que busca servir? Dessa forma, entender as maneiras pelas quais a biblioteca pública atua no presente contexto, no que se refere à mediação e apropriação da informação pelos sujeitos sociais, se faz necessário para refletir como ela pode exercer o seu papel no âmbito de determinados regimes de informação que se apresentam, a partir de uma perspectiva dialógica.

3.1 Breve histórico das bibliotecas públicas brasileiras

Um breve histórico das bibliotecas públicas no Brasil, bem como de suas políticas públicas, tem como propósito trazer à tona os aspectos sociais, culturais e políticos que influenciaram na forma como essas instituições foram desenvolvidas e como isso reflete na visão que a sociedade brasileira cultiva sobre esses espaços até os dias de hoje. Tal percurso leva em consideração a afirmativa de Medeiros (2019, p. 83), em que “as bibliotecas, assim como todas as instituições, são reflexo de um tempo, influenciadas diretamente pela economia, pela política e pela organização social. Não há como comparar seu funcionamento sem levar em conta os parâmetros de sua época”. No entanto, para que o recorte temporal não se exceda de forma desnecessária para a reflexão pretendida, são feitas apenas considerações

pontuais que abrangem o fim do período colonial e início da Primeira República até a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) em 2018. Análises e considerações acerca do panorama atual são encontradas na seção 3.2.

Ainda no período colonial, os esforços na criação de uma biblioteca com caráter público se deram através de iniciativas particulares, em geral vindas da elite econômica e intelectual da sociedade. Assim foi a fundação da primeira biblioteca pública brasileira, a Biblioteca da Bahia, em 1811, bem como da Biblioteca Pública do Maranhão - hoje Biblioteca Estadual Benedito Leite - a segunda biblioteca pública criada no país (Machado; Suaiden, 2015, p. 52; Coelho; Bortolin, 2021, p. 225). Visto que naquela época o acesso à educação e à cultura para a população não eram prioridades, “a biblioteca pública brasileira não nasceu de uma demanda social coletiva da maioria da população, mas sim de uma iniciativa individual e particular, sendo o acesso voltado apenas para parte da população” (Rosa; Gonçalves; Peixoto, 2022, p. 6). Tal cenário foi reproduzido na criação de outras bibliotecas públicas do mesmo período: coleções criadas por uma elite letrada, que apesar de serem disponibilizadas ao público, continuavam inacessíveis para as grandes massas.

Já a Primeira República (1889-1930) representou um período de transição e modernização para o Brasil, com fortes influências do movimento iluminista europeu, o que refletiu diretamente na criação e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Juvêncio (2021, p. 260), ao tratar das transformações pelas quais passaram as bibliotecas desse tempo no contexto da então capital do Brasil, Rio de Janeiro, relata que:

de fato, dentre os espaços de sociabilidade que alcançam um novo patamar, no final do Império e início da República, podemos perceber que as bibliotecas, mesmo em meio a uma população eminentemente analfabeta – cerca de 75% das pessoas não sabiam ler e/ou escrever –, ouriçou a classe intelectual do período a usá-las como espaço de discussão, de construção do saber e de acesso à informação.

Nesse sentido, o Movimento Iluminista, que emergiu na Europa no século XVIII, teve um impacto significativo na formação das instituições de ensino e cultura no Brasil. De acordo ainda com Juvêncio (2021, p. 260), com ideais de valorização da razão, do conhecimento científico e da educação como instrumentos de progresso social, o Iluminismo influenciou a elite intelectual da capital, que passou a enxergar a leitura e a escrita como elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais desenvolvida. A esse respeito Juvêncio (2021, p. 261) depreende que “[...] a intenção da grande reforma sofrida pela Biblioteca Nacional, no início do século XX, era servir de expoente do processo modernizador pelo qual a capital do país passava, mas servir, também, a essa cidade das letras, que se desenvolvia ao seu redor”. Porém, em um cenário que se repetia nos núcleos

urbanos de outros estados do Brasil, o acesso aos livros e à educação formal ainda era restrito às classes dominantes, enquanto a maior parte da população permanecia analfabeta e sem acesso à cultura letrada:

[...] se as bibliotecas experimentam um grande crescimento durante a Primeira República, elas, na verdade, faziam-no seguindo o modelo da Europa e, sobretudo, da França, já que eram o arquétipo de sociedade perfeita a ser seguida pela Primeira República. Ademais, buscavam servir apenas à elite letrada, tornando-se, em sua maioria, repositórios passivos do saber, sem participação ativa na promoção da cultura nacional, ou no incentivo a ela (Juvêncio, 2021, p. 262).

Somente após esse período, com a ampliação das políticas educacionais e de incentivo à leitura, as bibliotecas públicas passaram a desempenhar um papel mais amplo, aproximando-se, ao menos na teoria, de sua função social como espaços democráticos de acesso à educação e ao conhecimento. Todavia, no Estado Novo esse fato não ocorreu sem que o governo pudesse dar um direcionamento que melhor atendesse às suas ideologias e às suas narrativas de controle social. Segundo Coelho e Bortolin (2021, p. 227), “o Estado Novo investiu na difusão da cultura instituindo políticas de implantação de bibliotecas com o intuito de controlar a população, como dito, fazendo chegar apenas leituras que estivessem de acordo com o regime vigente”. Como consequência, foi desenvolvido um modelo conservador de bibliotecas, com coleções distantes das aspirações e necessidades do cidadão comum (Machado; Suaiden, 2015, p.28). Cabe ressaltar que tal conjuntura se deu por meio da atuação do Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha por competência, entre outras, apoiar a criação e a manutenção de bibliotecas públicas espalhadas pelo Brasil. Acerca dessa questão, Araújo (2023, p. 10) aponta que:

A presença estatal junto às bibliotecas públicas no período citado se deu a partir de uma lógica discursiva autoritária (discurso da segurança nacional) que caracterizou o estado brasileiro resultante do golpe militar de 1964. As bibliotecas públicas participaram dos programas e projetos do INL de forma secundária e ineficaz, pois foram utilizadas apenas como espaços físicos para receber os livros dos escritores ganhadores dos prêmios literários do INL. Tal configuração garantiu que fosse atingida a meta principal do INL no período analisado: subsidiar autor/escritor e o livro. Mas, não possibilitou a ampliação da qualidade dos espaços físicos, dos recursos humanos especializados (bibliotecários) e dos recursos financeiros necessários à manutenção das bibliotecas. Assim, considera-se que este padrão de atuação do INL (alimentado pelo discurso da segurança nacional) não teria contribuído para a superação do problema secular da leitura e do acesso democrático à informação no Brasil.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas para bibliotecas no decorrer do século XX, é possível perceber ainda que há uma tendência em associá-las a um papel operacional e instrumental de suporte aos programas voltados ao livro e à leitura, em detrimento de uma visão mais ampla que leve em conta o seu papel social no tocante à informação e ao conhecimento, independente do formato. Tal como mostra o trabalho

desenvolvido por Rocha e Oliveira (2019), desde a criação do INL em 1937, passando pela Lei Sarney em 1986 e a instituição da Fundação Nacional Pró-Leitura em 1987, todas as iniciativas foram voltadas em sua essência para o desenvolvimento de acervos bibliográficos. Com a criação do SNBP em 1992, outro marco importante referente às políticas públicas, vem à tona a necessidade de articulação das bibliotecas públicas municipais à nível estadual e, por conseguinte, à nível federal.

No entanto, todas as iniciativas subsequentes, desde o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) ainda em 1992 até a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) em 2018, são direcionadas para o fomento ao livro e à leitura. No que diz respeito às bibliotecas públicas, tais políticas visam a criação e modernização desses espaços, bem como investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais, para dar suporte aos programas de democratização do acesso ao livro e à leitura. Raras são as diretrizes que ampliam o papel social das bibliotecas públicas para além do fomento de práticas leitoras. Portanto, este breve histórico das políticas desenvolvidas nos últimos 90 anos aponta que as bibliotecas públicas adquiriram um caráter instrumentalista e operacional em relação ao livro e à leitura. Nesse sentido, Machado (2010, p. 103) afirma que “é significativo que a palavra ‘livro’ seja sempre colocada à frente da palavra ‘leitura’ na concepção desses programas, e mais, da palavra ‘biblioteca’ ser excluída”, para assim atender aos interesses do mercado, em especial o editorial, ignorando questões ligadas à democracia e à igualdade social.

Assim, com base nas considerações apresentadas, é possível afirmar que esses fatores contribuíram para a incessante desvalorização das bibliotecas públicas, ao subestimar a sua importância, para além do fomento do livro e da leitura, no desenvolvimento social através do acesso à informação, educação, cultura e lazer. Tal como afirmam Machado e Suaiden (2015, p. 25):

Esse modelo encontra suas origens e desenvolvimento na história dessas bibliotecas e nas políticas públicas voltadas a elas. E a partir de sua história e das políticas realizadas foram desenvolvidos diversas imagens sociais dessa biblioteca, construindo um caleidoscópio que reflete a situação de uma instituição social pública desvirtuada de sua função social.

Portanto, a relação distante entre biblioteca e grande parte da população, que retrata a sensação de não pertencimento já que esses espaços não foram pensados para atender as demandas informacionais das massas, é o reflexo das decisões políticas acerca da atuação dessas instituições ao longo da história recente do Brasil. Contudo, cabe a reflexão sobre o papel social das bibliotecas públicas em um contexto onde os modos de produção da

informação e do conhecimento ocorrem também sob os regimes informacionais das plataformas digitais, não se limitando ao livro e à leitura.

Deste modo, com a finalidade de compreender como essas instituições podem contribuir na luta contra as problemáticas resultantes da desinformação, das *fake news*, negacionismos, infodemia e pós-verdade, é necessário buscar considerar o que de fato caracteriza a função social da biblioteca pública, a partir do panorama atual bem como da literatura existente sobre o tema.

3.2 Bibliotecas públicas brasileiras e função social

Há muito se questiona qual é o papel social que a biblioteca pública deve assumir diante das dinâmicas informacionais impostas pelo uso predominante das TDICs. Conforme Suaiden (2000, p. 57) “a própria denominação ‘biblioteca pública’ pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais”. Tal definição está de acordo com o que consta nos princípios e diretrizes desenvolvidos pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em parceria com o SNBP, em que “o conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento (Biblioteca Pública, 2010, p. 18). A biblioteca pública deve então pautar a sua atuação com base nas demandas da sociedade em que se insere, a fim de cumprir sua missão de acesso amplo à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, Bernardino e Suaiden (2011, p. 37) ressaltam a importância das tecnologias para que as bibliotecas públicas possam exercer o seu papel social na atualidade:

[...] diríamos, que é simplesmente inegável a conseqüente relação da Biblioteca Pública e as tecnologias, por ser uma demanda social e por fazer parte de maneira vicária da natureza social da Biblioteca Pública, participando, assim, ativamente da interação entre a informação e o conhecimento em um fenômeno capaz de alavancar todas as esferas da sociedade, dentro de um contexto abrangente de cultura (Bernardino; Suaiden, 2011, p. 37).

Ainda com relação às tecnologias, Medeiros e Oliveira (2012, p. 13) reconhecem que popularização dessas puseram em xeque o papel social que a biblioteca pública deve desempenhar na sociedade:

Com o desenvolvimento e a generalização do uso das novas tecnologias de informação comunicação (TICs) as instituições atravessam um momento de adaptação visando não apenas a incorporação adequada dessas novas tecnologias, mas, principalmente, rever sua forma de atuação na sociedade. Nesse contexto, a biblioteca pública também é levada a questionar-se e é também questionada sobre o seu papel como organização social (Medeiros; Oliveira, 2012, p. 3).

Tal questão também é levantada por Alves e Suaiden (2016, p. 215), ao pontuarem que o conhecimento e a informação são elementos essenciais nas esferas econômica e social, portanto cabe à biblioteca pública contribuir para formação cidadã frente às necessidades sociais e ao desenvolvimento tecnológico. Desse modo, propõem que a biblioteca pública assuma também como seu papel social as demandas relativas ao letramento informacional e à aprendizagem contínua. Portanto, “as bibliotecas públicas, neste sentido, mais do que prover acesso a essas tecnologias, devem fornecer meios para capacitar a comunidade para seu uso crítico e eficaz, contribuindo para a inclusão digital e a democratização do acesso à informação”. (Alves; Suaiden, 2016, p. 215).

Os Manifestos da UNESCO publicados sobre esse assunto também são fontes importantes para compreender como a área tem se orientado quanto ao papel social da biblioteca pública. A UNESCO publicou o primeiro Manifesto da Biblioteca Pública em 1949, ressaltando seu papel junto à educação, além de qualificá-la como centro promotor do desenvolvimento popular. Houve uma grande comoção em diversas partes do mundo para seguir seus critérios. Já a segunda versão, publicada em 1972, teve grande ressonância nos países latino-americanos, atribuindo às bibliotecas públicas a função de promover a educação, a cultura, o lazer e a informação. A terceira versão do manifesto, publicado junto com a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em 1994, destaca ainda que os objetivos da biblioteca pública devem estar associados à democracia e à igualdade de acesso para todos, e, por conseguinte, “[...] refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade [...]” (Manifesto [...], 1994, p. 2). Por fim, o mais recente manifesto, publicado em 2022, reforça que a biblioteca pública necessita atuar como centro local de informação para sua comunidade, além de ser “[...] um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação” (Manifesto [...], 2022, p. 1). Logo, o manifesto propõe como elementos da missão da biblioteca pública na atual sociedade, entre outros, capacitar a sociedade no que diz respeito à leitura e alfabetização midiática e digital, bem como fornecer serviços tanto de forma presencial como remota, através das TDICs disponíveis - tal como ocorreu nos casos apresentados sobre a atuação das bibliotecas na pandemia. No entanto, apesar de ser necessário repensar a biblioteca pública como espaço de referência informacional e cultural para a sociedade contemporânea, as estatísticas apontam que tais espaços caminham na contramão dessa proposta.

A série histórica da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Instituto Pró Livro, 2024) evidencia um declínio contínuo no uso das bibliotecas públicas, o que revela desafios significativos na afirmação desses espaços como pontos referenciais de informação e cultura. Enquanto em 2007 e 2011, 67% dos entrevistados afirmaram saber da existência de uma biblioteca pública em sua cidade ou bairro, esse número foi reduzido para 55% em 2015, 47% em 2019 e 45% em 2024 (Instituto Pró Livro, 2024, p. 120). O baixo nível de frequência a esses espaços também é um dado importante: o percentual de pessoas que frequentam bibliotecas foram 31% em 2019 e caiu para 24% em 2024; entre estudantes, 49% não frequentam bibliotecas e entre leitores esse percentual é de 60% (Instituto Pró Livro, 2024, p. 119). Isso significa que, embora a imagem da biblioteca ainda seja vinculada ao livro e à leitura, essas instituições não são consideradas essenciais nem mesmo pelo público leitor.

Além disso, a maior parte dos frequentadores de bibliotecas são estudantes (61%), aspecto que vai declinando conforme a idade aumenta, o que demonstra a perda da relevância das bibliotecas públicas como espaços de acesso à informação e à leitura após a vida escolar (Instituto Pró Livro, 2024, p. 122). Entre os fatores que poderiam incentivar o uso desses espaços, os entrevistados destacam a necessidade de maior proximidade e facilidade de acesso (39%), uma oferta mais ampla e atualizada de títulos (29%) e infraestrutura que contemple serviços como internet disponível (11%), indicando que as bibliotecas precisam se modernizar para atender às demandas contemporâneas (Instituto Pró Livro, 2024, p. 124).

Já no tocante à avaliação dos serviços prestados por essas instituições é geralmente positiva entre os usuários, com 96% afirmando serem bem atendidos e 88% declarando gostar muito do ambiente, o que sugere que a baixa frequência não está relacionada à qualidade dos serviços, mas sim a dificuldades estruturais e de acesso. (Instituto Pró Livro, 2024, p. 123) O que é importante ressaltar sobre a série histórica dessa pesquisa é que o objetivo principal não é mostrar o panorama das bibliotecas no Brasil, mas sim “conhecer o comportamento do leitor medindo intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira na atualidade” (Instituto Pró Livro, p. 7). Portanto, os dados relativos à bibliotecas foram coletados, analisados e interpretados sob a perspectiva do papel social dessas instituições quanto à promoção do livro e da leitura. Não há neste ou em qualquer outro levantamento estatístico confiável dados que representem a atuação das bibliotecas públicas frente às TDICs, em especial no que diz respeito ao uso das plataformas de mídias sociais digitais para mediação da informação. Assim, o cenário apresentado reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a requalificação e expansão das atribuições das bibliotecas públicas, a fim de contemplar as

formas de mediação da informação que superem as limitações impostas pelos regimes informacionais das plataformas digitais, garantindo o desempenho de seu papel fundamental não só na promoção de práticas leitoras no Brasil, mas também no acesso e democratização da informação e do conhecimento.

Nessa direção, já é possível encontrar na literatura considerações a respeito de como a classe bibliotecária, no espaço das bibliotecas públicas, deve direcionar esforços no combate aos problemas emergentes dos regimes de informação das plataformas digitais. No tocante à atuação bibliotecária frente à problemática da pós-verdade, Sousa (2017, p. 2391) esclarece que o avanço tecnológico, sobretudo no que diz respeito aos dados móveis, contribui para o fortalecimento desse fenômeno, visto que os usuários estão constantemente expostos a um grande volume de informação no contexto das redes sociais digitais. Já Corrêa e Custódio (2018, p. 202), ao tratarem da missão do bibliotecário frente ao que nomeiam de “informação enfurecida” na era da pós-verdade, advertem que “os problemas em relação à filtragem de informação relevante, bem como o uso crítico da informação, permanecem desafiadores ao bibliotecário ao longo da história da humanidade”. Além disso, Corrêa e Custódio (2018, p. 202) alertam que

Merecem especial atenção os problemas advindos de uma leitura superficial, ausência de criticidade e da urgência no compartilhamento de informações a partir das mídias sociais, proliferando notícias falsas e permitindo um ambiente de extremo relativismo em relação à interpretação dos fatos ocorridos, gerando o fenômeno da pós-verdade.

Portanto, o papel mediador do bibliotecário no âmbito das plataformas de mídias sociais digitais é de suma importância para a superação dos desafios presentes:

Diante do problema da pós-verdade na ciência, o conhecimento das necessidades de informação dos usuários e relação destes com a informação recebida nas redes sociais e por aplicativos de mensagens impulsionam o fazer diário dos profissionais da informação, em especial, os bibliotecários, para a mediação informacional: a mediação informacional se integra ao campo social, e identifica a comunicação como a instância onde acontecem as trocas simbólicas. Do ponto de vista profissional, mediar a informação é, portanto, um processo de troca simbólica entre o mediador e o usuário de informação (Sousa, 2017, p. 2398).

Assim, a mediação da informação no contexto dessas plataformas ocorre na esfera da construção de sentidos e das trocas simbólicas, a partir da escolha narrativa dos conteúdos desenvolvidos, não apenas com o intuito de desmistificar fatos e notícias falsas, mas também de gerar competências para que os usuários sejam aptos a analisar criticamente as informações que circulam nas redes. A esse respeito, Sousa (2017, p. 2400) afirma que:

A complexidade envolvida na relação do usuário com as notícias falsas e boatos disseminados nas redes sociais, em função da ausência ou diluição da autoria dos textos requer que a mediação não atue apenas como uma interferência empreendida

em esclarecer os fatos, mas também para o desenvolvimento de habilidade nos usuários que possibilite uma análise crítica da informação recebida e compartilhada.

Dentro do escopo da mediação informacional no âmbito das plataformas digitais, o processo de curadoria digital também se mostra fundamental, haja vista que “[...] garante seleção, avaliação e acesso à produção artística e intelectual através da preservação a longo prazo e envolve procedimentos familiares ao bibliotecário em suas atividades de gestão de estoques informacionais” (Correa; Custódio, 2018, p. 209).

No tocante às bibliotecas públicas, Bernardino e Sampaio (2019, p. 150) sugerem que, como espaços vetores de sociabilidade da informação e do conhecimento, essas instituições podem atuar na filtragem das informações, entendida no contexto apresentado pelas autoras como curadoria, extraindo o que for de interesse dos usuários, com vistas ao desenvolvimento de competência crítica em informação, e complementam:

Ampara-se no papel democrático das bibliotecas públicas para não somente atender às demandas da sociedade da informação, mas, para junto com a sua comunidade, construir espaços de construção de saber e combate às consequências desenfreadas da sociedade informática. A biblioteca pública é potencial vetor de combate a desinformação, se utilizada como espaço de aprendizado crítico (Bernardino; Sampaio, 2019, p. 152).

Assim, ao compreendermos que a função social da biblioteca pública na atualidade permanece atrelada às práticas de mediação informacional e que, além da filtragem e mediação algorítmica das plataformas digitais, os conteúdos postados são apresentados com narrativas e expressões que de certa forma se constituem como uma segunda mediação da mensagem a ser passada por quem o publica, é possível inferir que a função social da biblioteca pública no que diz respeito ao lugar que deve ocupar no âmbito dos regimes de informação das plataformas digitais passa por mediar a informação na forma de conteúdos, como uma práxis dialógica visando ao letramento informacional e digital, bem como à construção de sentidos sobre a realidade.

Por isso, a presente pesquisa tem como proposta analisar o uso de mídias sociais digitais por bibliotecas públicas estaduais brasileiras, com foco no Instagram, visto que é a mídia social em que há mais registros de interação das bases de seguidores dos perfis dessas bibliotecas. Busca também evidenciar como a utilização da plataforma tem sido feita no que tange à divulgação de produtos e serviços, como também para a mediação da informação em forma de conteúdos, que dialoguem e atuem de maneira didática no desenvolvimento de competências informacionais tanto de nível técnico e instrumental quanto crítico.

5 MÉTODO, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

O primeiro passo foi levantar a relação de todas as bibliotecas públicas estaduais (BPEs) a partir de uma planilha regularmente atualizada no site do SNBP. No total foram identificadas 44 bibliotecas, dentre as quais apenas 19 possuem perfis ativos no Instagram, de acordo com os critérios já mencionados na metodologia. A busca desses perfis foi feita através de consulta nos sites institucionais, bem como em ferramentas de pesquisa como Google e o próprio Instagram. Com a intenção de apresentar de forma mais organizada esses primeiros dados, a relação das bibliotecas analisadas foram divididas por região: 6 bibliotecas do Nordeste (tabela 4); 5 bibliotecas do Sudeste (tabela 5); 3 do Sul (tabela 6); 2 do Centro-Oeste (tabela 7); e 3 da Região Norte (tabela 8).

Tabela 4: Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Nordeste

Estado	Cidade	Nome da biblioteca	Perfil do instagram
MA	São Luís	Biblioteca Pública Estadual	@bpbloficial
		Benedito Leite	
PI	Teresina	Biblioteca Pública Estadual	@bibliotecacromwelldecarvalho
		Desembargador Cromwel de Carvalho	
CE	Fortaleza	Biblioteca Pública Estadual do Ceará (antiga Governador	@bece_bibliotecaestadualdoceara
		Menezes Pimentel)	
PE	Recife	Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco	@bibliotecadepe
AL	Maceió	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos	@bibliotecagracilianoramosal
SE	Aracajú	Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dórea	@epiphaniadoria

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 5: Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Sudeste

Estado	Cidade	Nome da biblioteca	Perfil do instagram
ES	Vitória	Biblioteca Pública Estadual Levy	@biblioteca.es
		Cúrcio da Rocha	
RJ	Rio de Janeiro	Biblioteca Parque Estadual	@bibliotecasparquerj
MG	Belo Horizonte	Biblioteca Pública Estadual Luiz de	@bibliotecaestadualmg
		Bessa	

SP	São Paulo	Biblioteca Pública Estadual de São Paulo	@bspbiblioteca
		Biblioteca Pública Estadual Parque Villa-Lobos	@bv1biblioteca

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 6: Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Sul

Estado	Cidade	Nome da biblioteca	Perfil do instagram
PR	Curitiba	Biblioteca Pública Estadual do Paraná	@bibliotecapr
RS	Porto Alegre	Biblioteca Pública Estadual Lucília Minssen	@bibliotecaluciliaminssen
		Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	@bpe.rs

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 7: Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Centro-Oeste

Estado	Cidade	Nome da biblioteca	Perfil do instagram
GO	Goiânia	Biblioteca Pública Estadual Pio Vargas	@bibliotecaestadualpiovargas
MT	Cuiabá	Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça	@bibliotecamt

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 8: Relação de bibliotecas públicas estaduais analisadas - Região Norte

Estado	Cidade	Nome da biblioteca	Perfil do instagram
PA	Belém	Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana	@bibliotecadocentur
AC	Cruzeiro do Sul	Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade	@bibliopetrindade
	Rio Branco	Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos	@bibliotecapublicaestadual

Fonte: Elaboração própria (2025)

Posteriormente, foi decidido empreender dois tipos de análises: uma quantitativa, com base na análise das métricas públicas dos perfis, levantadas a partir da plataforma Phlanx; outra qualitativa com base na análise de conteúdo de Bardin. A decisão sobre a análise quantitativa foi fundamentada na importância das métricas nos critérios de relevância e valor do Instagram, conforme visto no capítulo 2, subseção 2.2.2. A coleta de dados foi feita a

partir dos relatórios emitidos pela plataforma Phlanx, uma plataforma para monitoramento de performance de contas em plataformas digitais de mídias sociais. Logo, foram definidas 2 dimensões de análise e as respectivas métricas, como constam na tabela 9:

Tabela 9: Dimensão e métricas de análise dos perfis das BPEs

Dimensão	Métricas a analisar
Crescimento e Alcance da Audiência	Nº de seguidores; Seguidores ativos (%); Seguidores não ativos (%); Média de seguidores que interagem por post
Engajamento e Performance das Publicações	Nº de posts (nov. - jan.); Média de posts mensais; Média de curtidas por post; Média de comentários por post; Taxa de engajamento (%)

Fonte: Elaboração própria (2025)

No tocante à dimensão Crescimento e Alcance da Audiência, a primeira a ser analisada, cabe esclarecer que a métrica de seguidores ativos representa o percentual de contas seguidoras que efetivamente interagem com o perfil das respectivas BPEs, enquanto seguidores não ativos significam o percentual de seguidores que não interagem. Tais métricas podem mostrar o quão qualificada é a audiência, mesmo que a média das interações não seja expressiva. A respeito dessa última, diversos fatores podem interferir no nível de interações, como a qualidade do conteúdo, escolhas narrativas e discursivas, representação gráfica das informações, qualidade das imagens etc, mas o principal fator é o próprio algoritmo, que ao privilegiar certos tipos de posts em detrimento de outros a partir da análise preditiva de interesse, restringe o alcance das publicações e, por conseguinte, a média de seguidores interagentes.

Com base nos dados da tabela 10, é possível perceber que a BPE do Ceará é a que possui o maior número de seguidores, cerca de 70,9 mil; em contrapartida o alcance é proporcionalmente menor do que nos perfis das demais bibliotecas: apenas 60% dos seguidores são ativos no perfil, ou seja, interagem nos conteúdos. Isso também ocorre com a BPE do Paraná, a terceira maior em número de seguidores, com 24,5 mil, mas apenas 57% de seguidores realmente ativos. Um outro ponto importante é que, devido à possibilidade dos perfis ocultarem o número de curtidas, não foi possível avaliar a média de seguidores que interagem por post da BPE Benedito Leite (MA). Esse fator também irá impactar na análise da dimensão Engajamento e Performance das Publicações dessa biblioteca. O perfil com a maior média de seguidores interagentes é a BPE Arthur Vianna (AC), com 364, seguida pela BPE do Ceará, com 175, e a BPE de São Paulo, com 160.

Tabela 10: Crescimento e Alcance da Audiência dos perfis das BPEs

Nome da biblioteca	Número de seguidores	Seguidores ativos (%)	Seguidores não ativos (%)	Média de seguidores que interagem por post
Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite	10,2 mil	84,00%	16,00%	-
Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwel de Carvalho	1,2 mil	71,00%	29,00%	50
Biblioteca Pública Estadual do Ceará	70,9 mil	60,00%	38,00%	175
Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco	12,1 mil	84,00%	16,00%	128
Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos	4,1 mil	90,00%	10,00%	71
Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dórea	6,1 mil	80,00%	20,00%	41
Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha	2,8 mil	84,00%	16,00%	67
Biblioteca Parque Estadual	34,8 mil	82,00%	18,00%	125
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	14,7 mil	78,00%	22,00%	104
Biblioteca Pública Estadual de São Paulo	20,2 mil	92,00%	8,00%	160
Biblioteca Pública Estadual Parque Villa-Lobos	17,9 mil	70,00%	30,00%	28
Biblioteca Pública Estadual do Paraná	24,5 mil	57,00%	43,00%	90
Biblioteca Pública Estadual Lucília Minssen	3,2 mil	82,00%	18,00%	19
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	12,9 mil	80,00%	20,00%	117
Biblioteca Pública Estadual Pio Vargas	1,3 mil	73,00%	27,00%	48

Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça	2 mil	74,00%	26,00%	20
Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana	10,4 mil	85,00%	15,00%	364
Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade	410	80,00%	20,00%	10
Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos	3,6 mil	80,00%	20,00%	28

Fonte: Elaboração própria (2025)

No que concerne à dimensão Engajamento e Performance das Publicações, é importante elucidar que os dados sobre o número de posts e a média de posts mensais foram coletados manualmente direto do perfil de cada biblioteca, abrangendo o período que vai de 1 novembro de 2024 a 31 janeiro de 2025 - o mesmo recorte que foi feito para a análise dos conteúdos. Isso porque entende-se que há variações na frequência de postagens, além da plataforma Phlanx não ter apresentado dados consistentes dessas métricas. Já as métricas que correspondem à média de curtidas por post e à média de comentários por post são com base no que foi apresentado nos relatórios da plataforma Phlanx. Por fim, o cálculo da taxa de interação (engajamento), segundo a referida plataforma, é feito com base na média de interações por publicação, que é em seguida dividida pelo alcance total da conta. O algoritmo analisa várias publicações na conta para encontrar a média de interações (curtidas e comentários).

Como é possível perceber a partir dos dados apresentados na tabela 11, a taxa de interação será maior nos perfis que apresentam o menor número de posts publicados, devido ao cálculo da distribuição das interações por post, o que torna a métrica discrepante se for tomado como base para avaliar a qualidade da atuação dessas bibliotecas no Instagram. Um exemplo é novamente posto pela BPE do Ceará, que tem em média 62 postagens por mês, mas é a que apresenta menor taxa de interação, apenas 0,41%; enquanto a BPE Desembargador Cromwel de Carvalho apresenta a maior taxa de interação, com 5,46%, e uma média de apenas 2 posts por mês. Tal informação é relevante, pois como visto no capítulo 2 subseção 2.2.2, a frequência de uso da plataforma interfere no quanto o conteúdo pode ser distribuído para mais pessoas, impactando no nível de engajamento e na relevância da conta para os algoritmos do Instagram. Portanto, a análise mais significativa a ser feita a partir dos dados da tabela 11 é com base na média de posts mensais e na média total de interações por

post. Nesse sentido, se destacam, em ordem de relevância, a BPE Arthur Viana, BPE do Rio Grande do Sul e a BPE do Ceará.

Tabela 11: Engajamento e Performance das Publicações dos perfis das BPEs

Nome da biblioteca	Nº de posts (nov. - jan.)	Média de posts mensais	Média de curtidas por post	Média de comentários por post	Média total de interações por post	Taxa de interação (%)
Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite	104	35	-	2	2	-%
Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwel de Carvalho	6	2	67	4	71	5,46%
Biblioteca Pública Estadual do Ceará	187	62	225	7	232	0,41%
Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco	61	20	150	12	162	0,97%
Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos	19	6	79	7	86	2,02%
Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dórea	47	16	76	5	81	1,15%
Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha	54	18	79	3	82	2,81%
Biblioteca Parque Estadual	50	17	143	8	151	0,43%
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	52	17	128	5	133	0,88 %
Biblioteca Pública Estadual de São Paulo	108	36	187	3	190	0,94%

Biblioteca Pública Estadual Parque Villa-Lobos	139	46	188	4	192	1,06%
Biblioteca Pública Estadual do Paraná	51	17	171	5	176	0,68%
Biblioteca Pública Estadual Lucília Minssen	20	6	22	1	23	0,64%
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	49	16	266	9	275	1,74%
Biblioteca Pública Estadual Pio Vargas	3	1	65	6	71	4,13%
Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça	53	18	26	1	27	1,28%
Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana	18	6	421	18	439	3,83%
Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade	7	2	12	1	13	2,62%
Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos	23	8	34	2	36	0,95%

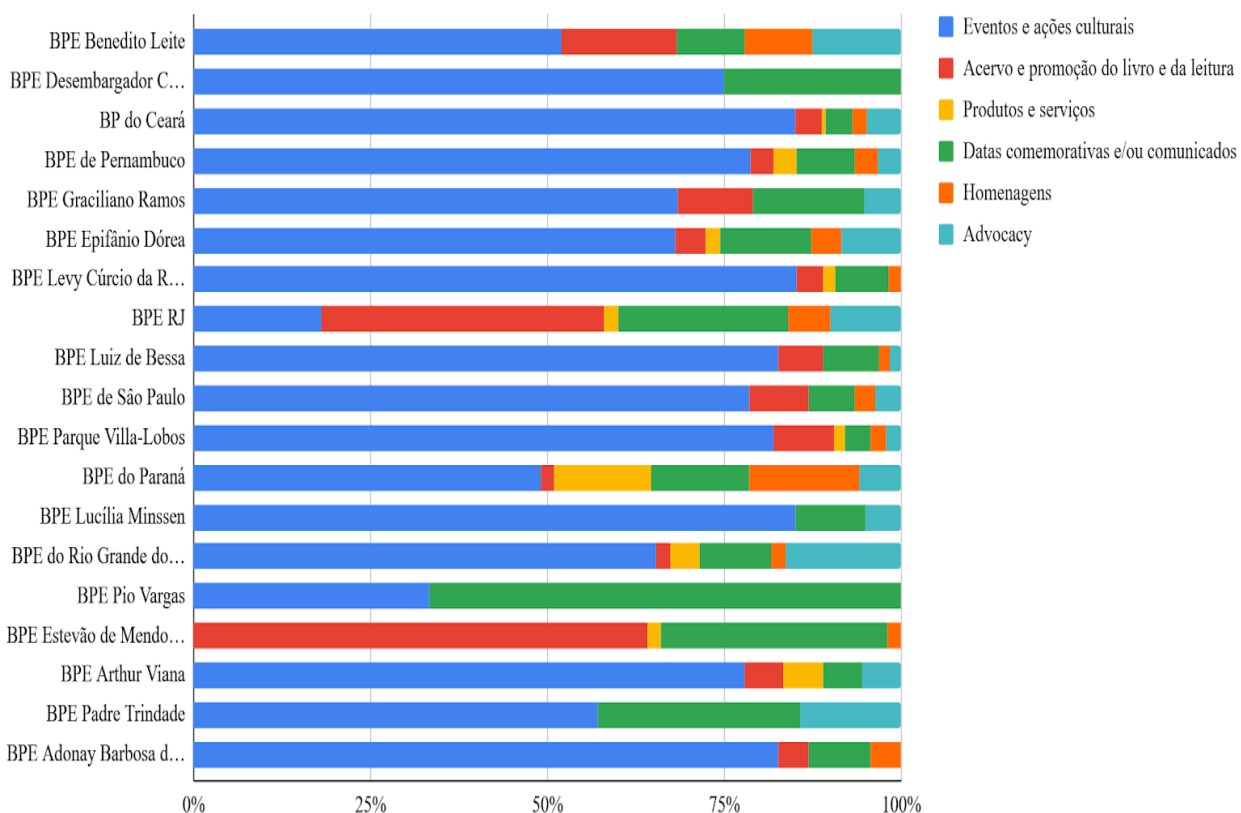
Fonte: Elaboração própria (2025)

Já no que diz respeito à análise qualitativa dos conteúdos publicados, a abordagem metodológica seguiu as três etapas principais propostas por Bardin (2011): pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados e interpretação. Na fase de pré-análise, foi feita uma observação inicial em cada um dos 19 perfis, compreendendo todos os posts publicados de novembro de 2024 a janeiro de 2025, a fim de identificar as categorias dos conteúdos postados e a recorrência de cada uma ao longo do conjunto de posts. Essa fase

consistiu na organização do corpus da pesquisa em uma planilha excel, bem como na delimitação das unidades de análise, contexto e registro. Visto isso, as unidades de análise foram estabelecidas com base nas categorias de postagens, enquanto as unidades de contexto corresponderam aos perfis institucionais das BPEs. A unidade de registro foi a quantidade de postagens dentro de cada categoria.

Já na etapa de exploração do material, aplicou-se a análise categorial, que no caso do presente estudo consistiu na classificação dos posts em categorias temáticas emergentes dos dados. Cada postagem foi classificada de acordo com sua categoria de conteúdo, assim como a frequência de postagens foi quantificada para permitir a identificação de padrões de publicação. O uso de análise quantitativa e qualitativa nesse ponto visa auxiliar na observação de tendências, predominâncias e possíveis lacunas na produção de conteúdo. Assim, foram identificadas 7 categorias a saber: “eventos e ações culturais”, que corresponde tanto à divulgação de eventos e ações futuros, quanto ao registros das atividades já ocorridas; “acervo e promoção do livro e leitura”, que tange às postagens com foco nos livros disponíveis no acervo, assim como aquelas que visam promover práticas leitoras; “produtos e serviços”, que abrangem os posts que divulgam ou elucidam a respeito dos produtos e serviços oferecidos pelas BPEs; “datas comemorativas e/ou comunicados”, que em geral são posts sazonais e pontuais; “homenagens”, que são as publicações com foco em determinadas personalidades; “oportunidades”, que trata de oportunidades de estágio e/ou vagas de emprego; e “*advocacy*”, que visa promover a causa das bibliotecas na sociedade, ou seja, posts de valorização e de construção de uma imagem positivas das bibliotecas. Ao todo foram 1062 posts analisados, conforme pode ser conferido na tabela que compõe o apêndice. Segue abaixo um gráfico representativo dos dados coletados (a categoria oportunidades teve apenas 5 recorrências e portanto não está representada no gráfico, apenas na tabela do apêndice):

Gráfico 1 - Frequência de posts por categoria



Fonte: Elaboração própria (2025)

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, os dados categorizados foram submetidos a um processo interpretativo com base nos referenciais teóricos desenvolvidos ao longo dos capítulos 2 e 3 do presente estudo. Portanto, é possível inferir que a maior parte das BPEs mantém uma estratégia de postagem voltada essencialmente para a divulgação de eventos e acervo bibliográfico. A predominância dessas categorias sugere que as bibliotecas utilizam o Instagram somente como um canal de divulgação de atividades, enquanto outras categorias estratégicas, como *advocacy* e posts educativos (que nem apareceram na amostragem), são pouco exploradas. Tal aspecto revela uma lacuna no uso da plataforma, no que diz respeito a promover o fortalecimento institucional e a valorização das bibliotecas públicas no cenário informacional contemporâneo. Isso é demonstrado na baixa presença de conteúdos voltados para *advocacy*, que indica que falta às bibliotecas compreenderem seu potencial como agentes de valorização e aumentarem seu capital social e simbólico perante à sociedade. Além disso, a construção de uma imagem institucional forte demanda a produção de conteúdos que reforcem a importância social das bibliotecas e sua atuação como espaços de acesso democrático à informação. Nesse sentido, postagens que destacam a relevância das bibliotecas para a comunidade, depoimentos de usuários e

narrativas que demonstram o impacto positivo dessas instituições poderiam contribuir para a ampliação do reconhecimento do público, bem como a formação de uma narrativa de valorização social.

Já a interpretação dos resultados sob a ótica da Teoria Crítica da Informação e das HD evidencia que as bibliotecas públicas ainda operam dentro de um modelo instrumental de comunicação digital, focado apenas na divulgação de eventos e acervos, sem explorar de maneira mais ampla as possibilidades de uma atuação mais crítica e mais educativa nas plataformas digitais. A ausência de postagens voltadas ao desenvolvimento de competência crítica em informação, como ações de letramento informacional e digital, além de esclarecimento de fenômenos como desinformação, *fake news*, negacionismo científico e histórico etc, pode representar uma atuação passiva e inconsciente acerca da lógica algorítmica do Instagram, no qual as instituições seguem um formato de comunicação conformado às exigências das plataformas, sem questionar ou propor alternativas mais emancipatórias. Visto que tais fenômenos podem afetar o comportamento dos indivíduos que atuam no contexto desses regimes, impactando de maneira significativa em seu *habitus* informacional (Pimenta, 2019, p. 255), as bibliotecas públicas podem assumir o compromisso ligado ao desenvolvimento de competências que os incentivem a enxergar propostas possíveis. Neste sentido, cabe recorrer ao que foi posto por Bezerra (2019, p. 29) sobre o conceito de competência crítica em informação, que “aponta para as perspectivas de emancipação social, colocando-se como um dos possíveis caminhos para a práxis transformadora no cerne do regime de informação em vigor”. Isso significa que, inseridas no regime informacional das plataformas digitais, é importante que as bibliotecas públicas adotem uma prática fundamentada nesses ideais, produzindo conteúdos que eduquem acerca dos fenômenos supracitados, ao passo que estimulem uma reflexão mais crítica sobre os mesmos com a finalidade de provocar ações que possam mudar a realidade desses regimes.

Assim posto, os dados analisados indicam a necessidade de um redirecionamento quanto à atuação das BPEs nas plataformas de mídias sociais digitais, em especial no Instagram. No que tange ao aspecto técnico e estratégico, algumas diretrizes podem ser sugeridas. Em primeiro lugar, é essencial diversificar os conteúdos publicados, com maior investimento em postagens voltadas para divulgação do acervo, de produtos e serviços e de *advocacy*, a fim de buscar fortalecer a imagem institucional e ampliar o envolvimento do público para além de meras interações nas redes sociais digitais. Outro aspecto fundamental é o fortalecimento da mediação da informação no contexto das plataformas digitais, já que as bibliotecas podem desempenhar um papel ativo no letramento informacional e digital do

público, a partir da criação de conteúdos que abordem temas como verificação de fontes, checagem dos fatos, análise crítica da informação e combate à desinformação. Essa abordagem pode contribuir para reafirmar a função social das bibliotecas, ao posicioná-las como agentes essenciais na construção de uma sociedade mais crítica e bem informada.

Desse modo, a análise demonstra que a presença digital das bibliotecas públicas no Instagram precisa ser compreendida não apenas como uma estratégia de marketing e visibilidade, mas como um espaço de disputa por discursos e narrativas no regime informacional contemporâneo. A atuação dessas instituições deve ir além da adaptação às lógicas das plataformas digitais, buscando formas de promover o acesso à informação de maneira crítica e emancipadora. Assim, é necessário desenvolver um planejamento estratégico que integre a mediação informacional, a valorização institucional e a produção de conteúdos que ajude a ressignificar o papel da biblioteca pública no mundo contemporâneo.

6 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar o uso das mídias sociais digitais por bibliotecas públicas brasileiras, com base nos conteúdos publicados na plataforma Instagram. Além disso buscou identificar aspectos que caracterizam o regime de informação das plataformas digitais, bem como compreender de que maneira tais aspectos influenciam nas práticas informacionais das bibliotecas públicas dentro da referida plataforma. Com esse intuito, fundamentou suas bases teóricas nas reflexões propostas pela Teoria Crítica da Informação, analisando como a racionalidade tecnológica e os regimes informacionais estruturam-se como mecanismos de manutenção da hegemonia e de reprodução da razão instrumental (Horkheimer, 1980; Marcuse, 1973; Bezerra, 2019). Buscou ainda traçar um diagnóstico de época com base no conceito de regime de informação (Frohmann, 1995; González De Gomez, 2002; 2012; 2019; Bezerra, 2019; 2020; 2024), refletindo sobre as como a lógica algorítmica das plataformas digitais funciona a partir de dinâmicas de poder, dominação e controle social no contexto da capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020). Para isso, procurou compreender como os fluxos informacionais são estruturados no âmbito dessas plataformas e demais mecanismos sociotécnicos, em um cenário marcado pelo avanço da racionalidade tecnológica e pela predominância da mediação algorítmica da informação.

Nesse ínterim, é possível inferir que o regime de informação vigente não se configura apenas como um modelo objetivo de organização da informação, mas sim como uma estrutura política e econômica de controle, que opera por meio de filtros, hierarquias e padrões normativos que determinam quais conteúdos são privilegiados ou invisibilizados, constituindo dessa forma critérios de valor e relevância cujo propósito é apenas atender aos interesses de mercado das *big techs*. A análise revelou ainda que, no contexto das plataformas digitais, os processos informacionais são cada vez mais moldados pelos interesses dessas grandes corporações, que exercem um papel central no desenvolvimento de tecnologias de mediação do acesso ao conhecimento, consolidando um regime informacional dominante, altamente regulado por interesses privados e operado sob lógicas de vigilância, mercantilização e predição comportamental (Bezerra, 2024).

No decorrer do estudo, foi observado também que a expansão da racionalidade tecnológica e da automação dos processos de mediação algorítmica da informação reforça uma lógica de pensamento unidimensional, conforme conceituado por Marcuse (1973). Nesse contexto, os indivíduos são inseridos em sistemas que limitam a diversidade de ideias e o pensamento crítico, o que resulta em uma experiência informacional homogênea, que dita

padrões de consumo e comportamentos que são incorporados pelos agentes atuantes no campo dessas plataformas. A personalização prometida pelos algoritmos, embora apresentada como uma ferramenta de otimização do acesso ao conhecimento, funciona como um mecanismo que reforça vieses e restringe o debate público. Nesse sentido, o estudo destaca a necessidade de um olhar crítico sobre a suposta neutralidade dos algoritmos, enfatizando que as infraestruturas tecnológicas que sustentam o regime informacional das plataformas é projetado para atender a interesses específicos, muitas vezes em detrimento da pluralidade informativa e da democratização do conhecimento. Outro aspecto essencial é a reflexão sobre a possibilidade de rupturas e resistência ao regime informacional hegemônico. Embora a predominância das grandes plataformas digitais e a consolidação de mecanismos de vigilância e predição comportamental criem barreiras significativas para alternativas descentralizadas, há iniciativas emergentes que buscam subverter essa lógica, tal como a abordagem da competência crítica em informação, da descentralização das infraestruturas digitais e do fortalecimento de práticas que valorizem o conhecimento livre e o acesso equitativo à informação.

No que se refere às Humanidades Digitais, a crescente dependência das TDICs não apenas reconfigura a produção do conhecimento acadêmico, mas também impõe novos desafios à atuação das bibliotecas públicas no que concerne às prática de mediação informacional (Thatcamp, 2011; Paletta 2019; Alves, 2016; Pimenta, 2016). A digitalização massiva de documentos, a automatização de processos analíticos e a mediação algorítmica das buscas e acessos ao conhecimento são fatores que redefinem os modos de produção do saber (Castro, Pimenta, 2017). Outro aspecto fundamental discutido ao longo da dissertação foi o conceito de *habitus* informacional, fundamentado na teoria de Pierre Bourdieu (1990) e aprofundado por Pimenta (2017). A pesquisa aponta que a formação do *habitus* informacional dos indivíduos, que ocorre dentro das estruturas dos regimes de informação das plataformas digitais, condicionam os modos de busca, processamento e apropriação da informação por meio de práticas institucionalizadas. A internalização desses padrões leva a uma naturalização das normas estabelecidas pelas plataformas, tornando os usuários menos propensos à problematização crítica da lógica em que estão inseridos. Esse fenômeno reforça a ideia da reprodução da ordem social por meio da informação, dificultando a emergência de práticas dissidentes que poderiam desafiar o *status quo*.

A pesquisa discute, enfim, o papel da biblioteca pública no contexto dos regimes de informação das plataformas digitais, analisando os desafios estruturais e tecnológicos que impactam a sua função social. O debate parte da compreensão de que as bibliotecas,

historicamente concebidas como instituições de democratização do conhecimento, enfrentam profundas transformações em um cenário de crescente digitalização e concentração do poder informacional nas mãos das plataformas digitais (Bernardino; Suaiden, 2011). A análise desenvolvida aponta que, no Brasil, as bibliotecas públicas são marcadas por desafios históricos, como a falta de financiamento, a ausência de políticas públicas contínuas e a desvalorização institucional. Tais problemas são agravados pelo atual regime de informação, que redefine os modos de acesso, organização e consumo da informação, deslocando a centralidade das bibliotecas para as plataformas digitais. Nesse sentido, as bibliotecas enfrentam o paradoxo de buscar a inovação tecnológica sem perder sua identidade como espaços comunitários de construção coletiva do conhecimento. Portanto, é necessário reconfigurar o papel das bibliotecas, enfatizando sua função social como centros de acesso à informação, mas também como agentes de formação crítica, a partir da abordagem da competência crítica em informação, que emerge como uma estratégia essencial para que as bibliotecas resistam à lógica algorítmica dominante e promovam práticas de letramento informacional que incentivem a autonomia dos usuários na seleção e validação de fontes. Tal aspecto é primordial no enfrentamento aos fenômenos como a DDR, as *fake news*, a pós-verdade e os negacionismos científico e histórico (Sousa, 2017; Correa; Custódio, 2018; Bernardino; Sampaio, 2019).

Apesar das contribuições teóricas e analíticas oferecidas, este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, a abordagem adotada centrou-se em um arcabouço teórico crítico, o que, embora tenha permitido um aprofundamento na análise das estruturas de dominação informacional, pode ser complementado por estudos empíricos que investiguem como tais mecanismos operam em diferentes contextos e grupos sociais. A ausência de uma abordagem metodológica quantitativa ou etnográfica, por exemplo, impossibilitou uma análise detalhada das práticas informacionais dos indivíduos em suas interações cotidianas com o ambiente digital. Além disso, se mostrou necessária um método mais eficaz para extração de dados referentes às métricas de interação e audiência dos perfis, haja vista as limitações presentes nos relatórios da plataforma Phlanx. Uma solução plausível seria uma ferramenta mais robusta de *web scrapping*, no entanto não foi encontrada uma que fosse financeiramente acessível e pudesse atender aos interesses desta pesquisa. Uma outra questão diz respeito aos métodos de cálculo da taxa de engajamento, já que ele é feito em cima dos dados públicos dos perfis e nem todos os perfis analisados deixam visíveis suas métricas de interações. Sendo assim, nem todas as interações são contabilizadas, pois além do número de

interações em salvamento e compartilhamento já serem ocultos, há ainda a possibilidade dos perfis privarem o número de curtidas dos posts.

A partir das limitações identificadas e dos resultados obtidos, algumas sugestões para pesquisas futuras podem ser indicadas. Em primeiro lugar, se mostra pertinente a realização de estudos empíricos que analisem, por meio de métodos qualitativos e quantitativos, a forma como os indivíduos percebem e interagem em sua vida cotidiana no âmbito dos regimes de informação das plataformas digitais. Uma abordagem netnográfica sob à luz do conceito de *habitus* informacional pode contribuir na compreensão sobre como as pessoas internalizam – ou resistem – aos mecanismos de controle algorítmico e às dinâmicas de filtragem informacional. Uma abordagem também interessante reside na análise das alternativas aos regimes de informação hegemônicos. O fortalecimento de plataformas descentralizadas, o uso de tecnologias de código aberto e os movimentos pela soberania digital são temáticas que merecem maior aprofundamento. Estudos como esses podem explorar até que ponto tais iniciativas oferecem uma real possibilidade de resistência e transformação ou se acabam reproduzindo, de maneira distinta, as mesmas lógicas de poder e dominação. Ademais, pesquisas podem aprofundar a relação entre regimes de informação e políticas públicas de regulamentação das plataformas digitais, examinando como diferentes governos têm respondido ao crescente poder das *big techs* e quais são os desafios regulatórios na construção de um regime informacional mais democrático.

Apesar das limitações e lacunas mencionadas, esta dissertação tem a pretensão de oferecer contribuições significativas para a área da Ciência da Informação e dos Estudos Críticos da Informação. Em primeira instância, ao articular a Teoria Crítica com a análise dos regimes de informação, o estudo reforça a importância de abordagens teóricas que não apenas descrevam as dinâmicas informacionais, mas que também as interpretem dentro de um contexto histórico e político mais amplo. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de um olhar crítico sobre o papel da tecnologia na sociedade, problematizando o discurso da neutralidade dos algoritmos e questionando a maneira como os sistemas de informação são projetados para reforçar determinadas estruturas de poder. A pesquisa contribui também para um debate essencial sobre o lugar que a biblioteca pública deve assumir diante do regime informacional hegemônico, em que impera a ordem do capitalismo de vigilância e da mediação algorítmica da informação. Por fim, o estudo busca oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas no âmbito das bibliotecas públicas, para que busquem não só reorientar sua atuação, mas também atuar como espaço de convergência à lógica dominante das plataformas digitais. Ao destacar a importância da competência crítica em

informação e da democratização dos meios informacionais, a pesquisa aponta caminhos para a construção de um ecossistema mais inclusivo e participativo, onde a informação possa ser efetivamente um instrumento de emancipação na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História** [Online], 69, 2016. Disponível na Internet: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2496>. Acesso em: 15 out. 2021.
- ALVES, M. F.; SUAIDEN, E. J. Bibliotecas públicas e letramento informacional. Em **Questão**, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/11736>. Acesso em: 15 set. 2023.
- AMARANTE, Natasha Duarte; MEDEIROS, Jackson da Silva. Papel social dos algoritmos: uma análise dos estudos acadêmicos acerca dos algoritmos e sua função social. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 620-644, out./dez. 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n4p620. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- ANJOS, Hellen Vivian Moreira dos; CARDOSO, Antônio Dimas. Covid-19, Desigualdades e Privilégios na Educação Profissional Brasileira. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 47, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/109351>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila, Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. In: **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 06 dez. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação?** Belo Horizonte: KMA, 2018. 126 p.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palabra Clave** (La Plata), [S.L.], v. 10, n. 2, p. 100-116, 1 abr. 2021. Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24215/18539912e116>. Acesso em: 25 maio 2023.
- ARAÚJO, E. A. Biblioteca pública e regime militar no Brasil: desvendando discursos autoritários. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, e6649, novembro 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v19i2.6649>. Acesso em: 10 set. 2024.
- AZEN, Marcia; BEZERRA, Arthur Coelho. Relevância e valor: impactos da mediação algorítmica da informação na construção social do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1765/1428>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.2, 2008. p.1-15. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/162>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 239 p.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22743/18327>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BERNARDINO, M. C. R.; SAMPAIO, D. B. Tangências e consequências da sociedade informática e da pós-verdade: o potencial papel da biblioteca pública. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/136179>. Acesso em: 25 set. 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* **IKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/146801>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro, Garamond, 2024.

BOURDIEU, Pierre. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

BRAPCI. Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/home>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Marco Civil da Internet**. Brasília, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

CALDAS, Rosângela Formentini; SILVA, Rafaela Carolina da. Híbridez em tempos de pandemia: como as tecnologias aproximam as bibliotecas da sociedade. **Liinc em Revista**, v.

16, n. 2, e5352, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5352>. Acesso em: 19 set. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, Maracaibo, v. 4, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=82340102>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CASTRO, Renan Marinho; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Uma topografia das Humanidades Digitais na Ciência da Informação. **Revista Z Cultural**, Ano XII, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/uma-topografia-das-humanidades-digitais-na-ciencia-da-informacao/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; BUFREM, Leilah Santiago; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A Escola de Frankfurt e a Ciência da Informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 2, p. 40–60, 2020. DOI: 10.21728/logeion.2020v6n2.p40-60. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5101>. Acesso em: 15 set. 2024.

CELUPPI, I. C. *et al.* Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. e00243220, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rvdKVPtJq8PqTk5MgTYTz3x/#ModalHowcite>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COELHO, S. BORTOLIN, A dicotomia do acesso à leitura e as bibliotecas públicas durante o estado novo. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 35, n., 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12181>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CORREA, E. C. D.; CUSTODIO, M. G. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em ortega y gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas: dimensões e ações. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021022, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8665764. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8665764>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FIORMONTE, Domenico; SORDI, Paolo. Humanidades digitais do sul e GAFAM. Para uma geopolítica do conhecimento digital. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. DOI: 10.18617/liinc.v15i1.4730. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4730>. Acesso em: 9 jan. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27- 40, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/20701>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set/dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria. Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357>. Acesso em 10 fev. 2023.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. [s.l.]: [s.n.], 1980.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 6. ed. Brasília: Instituto Pró-Livro, 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/>. Acesso em: 08 jan. 2025

JUVENCIO, A. A biblioteca, o nacional e a modernidade na belle époque carioca. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 35, n., 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12304>. Acesso em: 15 jan. 2025.

KROPF, Simone P. Negacionismo científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe Editora, 2022. 366 p. ISBN 978-85-7858-935-6. Disponível em: <https://editora.cepe.com.br/livro/dicionario-dos-negacionismos-no-brasil>. Acesso em: 8 fev. 2025.

LINS, Ivana Aparecida Borges; RIBEIRO, Maria Alice Santos; NOVO, Hildenise Ferreira. Reflexões sobre as práxis da biblioteca no período da pandemia COVID-19: a experiência do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2022. DOI: 10.14295/biblos.v36i1.14261. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v36i1.14261>. Acesso em: 19 set. 2024.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. [s.l.]: IFLA/UNESCO, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MANIFESTO da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. [s.l.]: IFLA/UNESCO, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 1, n. 1, p. 94–111, 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i1p94-111. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307> . Acesso em: 17 ago. 2023.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIKEN, Emir José. A biblioteca entre a teoria e a prática. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.29, n.2, p.22-39, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4909>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MARCIAL, Elaine Coutinho; RAMOS, Hélia de Sousa Chaves; SHINTAKU, Milton; RODRIGUES, Ricardo Crisafulli; VASCONCELOS, Wagner. Epistemologia da Ciência da Informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Salvador, 28 a 31 out. 2007. Disponível em: <https://enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--231.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Tradução de Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARQUES, Ana. **Instagram: o que é, história e como funciona a rede social**. Tecnoblog, 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/instagram-o-que-e-historia-e-como-funciona-a-rede-social/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. Introdução: uma história da luta por histórias. NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian Kisil. In: **Por uma história da COVID-19: iniciativas de memória da pandemia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Milfontes, 2022. E-book.

MATHEUS, Renato. Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32916>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MAZZETO, Ana Carla Epitácio; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. COVID-19: ações de competência em informação - os conteúdos do Instagram da BFM/UFF. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9200462.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MEDEIROS, A. L. S.; OLIVEIRA, G. O. Bibliotecas públicas e o futuro: as bibliotecas estaduais brasileiras na era da internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2012. **Anais [...]** XIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/181111>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MEDEIROS, A. L. S. As bibliotecas na antiguidade. **Memória e Informação**, v. 3 n. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127434>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MELO, M. L. D.; SANTANA, S. R. Infodemia e ciência da informação no brasil: perspectivas e reflexões. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 7, n. 1, p. 24-41, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v7i1.51067>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. 3. ed. 118 p.

MLABS. **Tudo sobre o Instagram: guia completo de marketing da mLabs!** mLabs, 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/instagram>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MOSSERI, Adam. **Explicando melhor o funcionamento do Instagram**. About Instagram, 31 maio 2023. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MOUREN, R. Escrever sobre a história das bibliotecas hoje. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 35, n., 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12802>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo histórico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe Editora, 2022. 366 p. ISBN 978-85-7858-935-6. Disponível em: <https://editora.cepe.com.br/livro/dicionario-dos-negacionismos-no-brasil>. Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR). **TIC DOMICÍLIOS**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. 272 p. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

OLIVEIRA, K. V. R.; KAYA, G. T. ; RONCAGLIO, C. Ciências da informação e humanidades digitais: produção, consumo e materialidade da informação em plataformas digitais. **Revista Acervo** (Arquivo Nacional), v. 35, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1783/1708>. Acesso em: 20 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da Pandemia COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PALETTA,. Ciência da Informação e Humanidades Digitais – Uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais** [...] XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/103662>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PHLANX. Plataforma de Marketing de Mídias Sociais. Disponível em: <https://phlanx.com/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

PIMENTA Ricardo Medeiros. Os objetos técnicos e seus papéis no horizonte das humanidades digitais: um caso para a ciência da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/71230>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Ciberespaço, internet e habitus: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 241-260.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. De Narciso ao mundo-imagem: por uma urgência de uma perspectiva crítica sobre a cena informacional contemporânea. In: SALDANHA, Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo M. (org.). **Ciência da Informação: sociedade, crítica e inovação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 153-170. E-book. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROCHA, Caroline Felema dos Santos. Mediação de leitura em tempos de pandemia: relato de experiência do projeto Resiliência Literária na Biblioteca da UTFPR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-15, 2022. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/29470>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROSA, D. A. D.; GONCALVES, M. L. ; PEIXOTO, R. C. A memória das bibliotecas públicas brasileiras e a perspectiva decolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais [...]** XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/view/1202>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, Alice Idália Rodrigues dos; ZATTAR, Marianna. Biblioteca escolar e Competência em Informação: experiência na pandemia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/16595>. Acesso em: 19 set. 2024

SCHABBACH, Leticia Maria. A governança global da Covid-19 e as ações emergenciais de países de renda baixa e média. **Sociologias**, [S.L.], v. 24, n. 60, p. 32-61, ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18070337-121620>. Acesso em: 29 out. 2023.

SCHNEIDER, Marco. Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* **IKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 73-116.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação: pós-verdade, fake news e outras armadilhas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. 160 p.

SENA, Halan Helry Barbosa de; NUNES, Jefferson Veras. A contribuição da teoria crítica para a compreensão do fenômeno das bolhas de desinformação. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 2, n. 3, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://revistaedicic.org/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SENA, Priscila Machado Borges; FARIAS, Gabriela Belmont de; COSMO, Mayara Cabral. Competência em informação em tempos de COVID-19: inovação e protagonismo no uso dos recursos informacionais. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 253, 22 dez. 2020. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i2.76149>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). Ministério da Cultura, Brasil. **Informações das Bibliotecas Públicas**. 2025. Disponível em: <https://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SOUSA, A. M. O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n., 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/956>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SOUZA, C. T. V. DE . *et al.*. Cuidar em tempos da COVID-19: lições aprendidas entre a ciência e a sociedade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. e00115020, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZdwvQnjzwXSzvyPFc6rmcVy/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2023.

STIVANIN, Deiziane Braga; BORGES, Jussara. Ações inovadoras promovidas por bibliotecas brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255575>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SUAIDEN,. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 15 maio 2023.

THATCAMP. **Manifesto das humanidades digitais**. Paris: ThatCamp [The Humanities and Technology Camp]. 2011. Disponível em: <http://tcp.hypotheses.org/category/manifeste>. Acesso em: 23 dez. 2024.

VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

WE ARE SOCIAL; MELTWATER. **Digital 2023**: global overview report. [S.l.]: We Are Social, 2023. 465 p. Disponível em: <https://wearesocial.com/wp-content/uploads/2023/03/Digital-2023-Global-Overview-Report.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

WE ARE SOCIAL; MELTWATER. **Digital 2024**: global overview report. [S.l.]: We Are Social, 2024. Disponível em: <https://wearesocial.com/us/blog/2024/01/digital-2024/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **Capitalismo de vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Intrínseca, 2020.

APÊNDICE

Compilação dos dados para a análise de conteúdo dos posts das BPEs

Nome da biblioteca	Eventos e ações culturais	Acervo, livro e leitura	Produtos e serviços	Datas e comunicados	Homenagem	Oportunidades	Advocacy	Total
BPE Benedito Leite	54	17	-	10	10	-	13	104
BPE Desembargador Cromwel de Carvalho	3	-	-	1		2	-	6
BP do Ceará	158	7	1	7	4	1	9	187
BPE de Pernambuco	48	2	2	5	2	-	2	61
BPE Graciliano Ramos	13	2		3		-	1	19
BPE Epifânio Dórea	32	2	1	6	2	-	4	47
BPE Levy Cúrcio da Rocha	46	2	1	4	1	-		54
BPE RJ	9	20	1	12	3	-	5	50
BPE Luiz de Bessa	52	4	-	5	1	-	1	63
BPE de São Paulo	84	9		7	3	1	4	108
BPE Parque Villa-Lobos	113	12	2	5	3	1	3	139
BPE do Paraná	25	1	7	7	8	-	3	51
BPE Lucília Minssen	17	-	-	2	-	-	1	20
BPE do Rio Grande do Sul	32	1	2	5	1	-	8	49
BPE Pio Vargas	1	-	-	2	-	-	-	3
BPE Estevão de Mendonça	-	34	1	17	1	-	-	53
BPE Arthur Viana	14	1	1	1	-	-	1	18
BPE Padre Trindade	4	-	-	2	-	-	1	7
BPE Adonay Barbosa dos Santos	19	1	-	2	1	-	-	23
TOTAL	724	115	19	103	40	5	56	1062